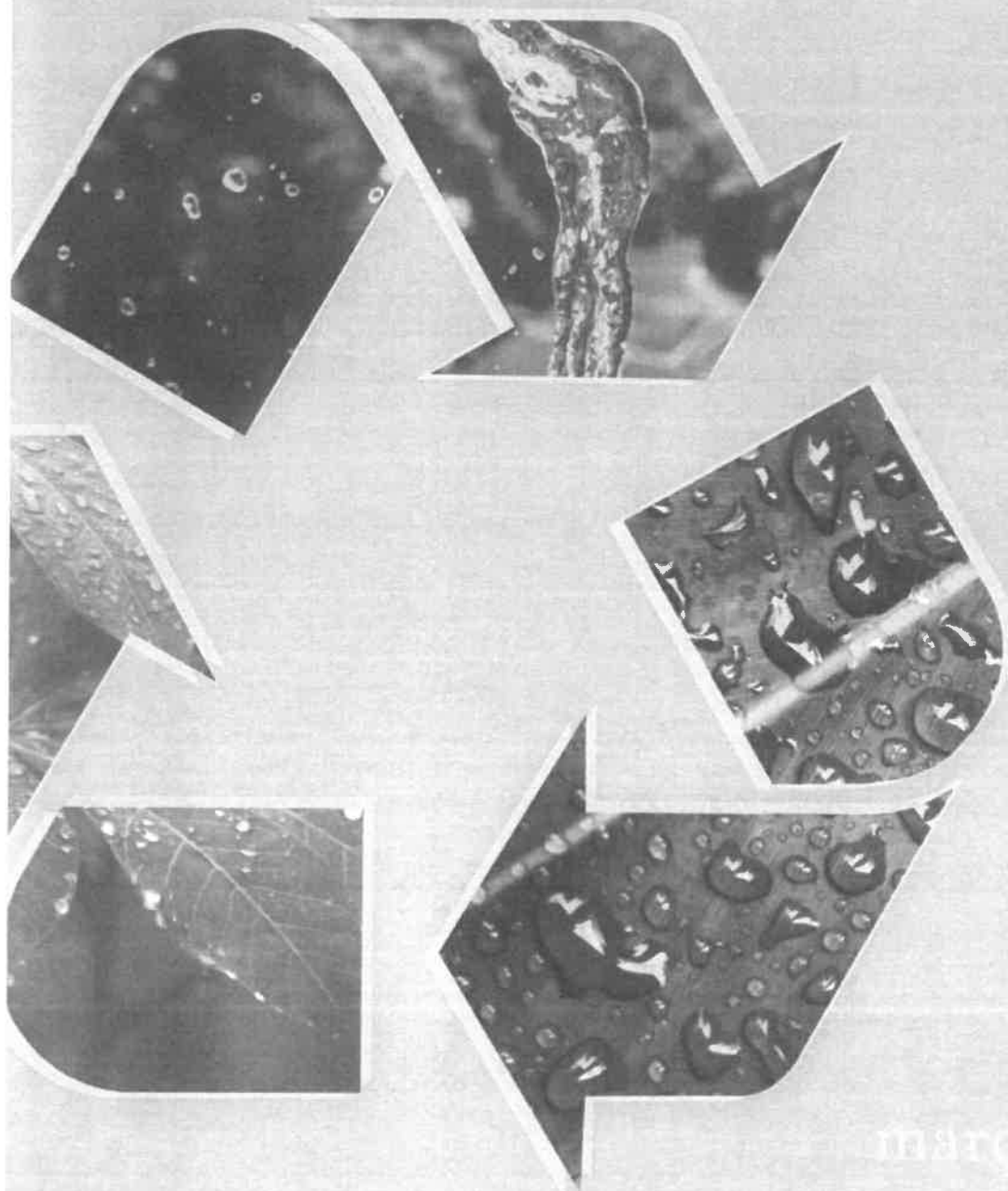


Relatório de Contas

2019



março 2020

ÍNDICE

I. Relatório de Gestão.....	4
1.1 Apreciação pelo Conselho de Administração	4
1.2 A Empresa	6
1.2.1 Enquadramento Jurídico	6
1.2.2 Missão	7
1.2.3 Responsabilidades e Objetivos.....	8
1.2.4 Órgãos Sociais.....	9
1.2.5 Organograma.....	9
1.2.6 Recursos Humanos	10
1.2.6.1 Distribuição por categoria Profissional.....	10
1.2.6.2 Categoria Profissional.....	11
1.2.6.3 Diversidade de Género e Idade	12
1.3 Principais Atividades em 2019.....	14
1.3.1 Contratos.....	14
1.3.2 Volume de Água Faturado.....	14
1.3.3 Serviços.....	16
1.3.4 Ações de Fiscalização	19
1.3.5 Serviços Auxiliares	20
1.3.6 Reclamações.....	21
1.3.7 Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais	22
1.3.8 Controlo da Qualidade da Água	23
1.3.9 Drenagem e Tratamento de Águas Residuais	28
1.3.10 Recolha de Resíduos Sólidos	32
1.3.11 Educação Ambiental.....	36
1.3.12 Fiscalização e Serviços.....	38
1.3.13 Segurança e Higiene no Trabalho.....	41
1.4 Indicadores de D	46

2	Desempenho Financeiro.....	48
2.1	Análise Económica	48
2.1.1	Ganhos.....	48
2.1.2	Gastos.....	49
2.1.3	Resultados	51
2.1.4	Margem Operacional	52
2.2	Análise Financeira e Patrimonial.....	52
2.2.1	Indicadores Financeiros.....	54
2.3	EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA	55
2.4	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	56
II.	Demonstrações Financeiras	57
III	Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 dezembro 2019.....	62
IV	Relatório de Revisão Limitada de Demonstrações Financeiras.....	82



I. RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1 APRECIÇÃO PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em 2019, a Praia Ambiente, E.M., prosseguiu com o cumprimento da sua missão de assegurar continuamente o fornecimento de água de qualidade aos seus clientes, gerir com eficiência a rede de drenagem de águas residuais e assegurar o seu tratamento, e recolha atempada e integral de resíduos sólidos, tendo em conta uma gestão eficiente dos serviços no cumprimento dos instrumentos políticos da região, dos requisitos legais e das recomendações do regulador, bem como da garantia a sua sustentabilidade financeira.

Numa perspetiva de valorização dos seus recursos humanos e com intuito de harmonizar as condições remuneratórias e de carreira dos seus colaboradores, elevando os níveis de motivação e desempenho das suas funções, procedeu-se à revisão do Acordo Coletivo de Trabalho existente, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública dos Açores – SINTAP/Açores, tendo esta culminado na assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho n.º 31/2019 de 23 de julho, publicada no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, simultaneamente mais favorável para os colaboradores e para a própria empresa.

No domínio dos investimentos, foi um ano marcado pelo arranque da empreitada do Projeto de Adução e Abastecimento de Água a Santa Rita/Juncal, a qual permitirá reforçar/requalificar a zona de abastecimento de Santa Rita/Juncal e, assim, assegurar o abastecimento em quantidade e qualidade a esta zona, incluindo os cerca de 120 fogos da habitação social e do “Bairro Velho dos Americanos”, os quais são atualmente abastecidos pela Força Área Norte Americana. Um investimento a rondar os dois milhões de euros, financiado em cerca de um milhão e trezentos mil euros por fundos estruturais (FEDER), através do Programa Operacional para os Açores (PO Açores 2020).

Foi também candidatada a comparticipação pelos fundos estruturais, no âmbito do PO AÇORES 2020, a operação “Adução e Abastecimento de Água ao Terceira *Tech Island*”, no valor de 974.499,50€, com uma comparticipação FEDER de 828.324,79€.

No âmbito do Projeto de Renovação do Parque de Contadores foi, ainda, realizada a candidatura a apoio financeiro da Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos dos Açores, ao abrigo da Portaria n.º 8/2019, de 5 de fevereiro, a aquisição de 745 contadores domésticos, tendo sido concedido um apoio de 4.135,61€, 30% do valor do investimento (13.785,35€).

Foi celebrado o Protocolo de Cooperação Financeira entre o Fundo Ambiental e a Praia Ambiente, E.M. ao abrigo da Lei do Orçamento de Estado de 2019, para financiamento das ações desenvolvidas com vista ao cumprimento do Plano de Monitorização Especial, realizado no âmbito do acompanhamento da situação ambiental das áreas de captação dos furos de abastecimento do concelho da Praia da Vitória, no valor de 35.000,00€.

Destacam-se também no decorrer do ano 2019, os investimentos realizados na aquisição de três imóveis, representando um reforço patrimonial de cerca de dois milhões e trezentos mil euros.

Ao nível operacional, evidencia-se a aquisição de uma viatura de recolha de resíduos, com capacidade de 15 m³ que pode atingir as 11,5, bem como o investimento adicional em contentores e ecopontos, nomeadamente, 55 contentores de 800 litros, 28 de 360 litros, 8 ecopontos e 6 oleões.

No plano económico-financeiro, a Praia Ambiente, E.M. fechou o presente exercício económico com a sua situação económico-financeira consolidada, mantendo o equilíbrio entre sustentabilidade económica dos sistemas, qualidade dos serviços prestados e a salvaguarda dos interesses dos utilizadores.

Em novembro de 2019 ocorreu a alteração da composição do Conselho de Administração da empresa, tendo-se mantido os cargos de Presidente e Administrador não Executivo e nomeado um novo Administrador Executivo.

Este Relatório e Contas do exercício de 2019 e a respetiva proposta de aplicação de resultados, aprovados em reunião de 4 de março de 2020, são apresentados no cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do Artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, o qual é acompanhado pela Certificação Legal das Contas e do Parecer do Fiscal Único, conforme estipula a alínea g) do Artigo 16.º dos Estatutos da Empresa.



No que concerne ao ano 2020, perspetiva-se a consolidação e reforço das ações desenvolvidas ao longo de 2019, nomeadamente, redução de gastos operacionais, eficácia comercial e melhoria contínua de processos.

Em 2020, pretende-se dar início à implementação do sistema de gestão integrado da qualidade, ambiente e segurança, de forma a que a prestação de um serviço eficiente e com qualidade percebida pelos clientes seja base de alinhamento da equipa da Praia Ambiente, E.M..

O ano de 2020 será um ano de grandes desafios, mas também de dificuldades, resultado não só da atividade e projetos da empresa, mas também pelas circunstâncias provocadas pela Pandemia COVID-19. No entanto, estamos certos de que serão superados com o trabalho conjunto e empenho de todos.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer a todos os que trabalham em prol da prossecução dos objetivos da empresa: colaboradores, consultores, fornecedores e prestadores de serviço, sem os quais não seria possível darmos cumprimento à nossa missão; aos nossos clientes, motivo da nossa existência, à Entidade Reguladora de Águas e Resíduos dos Açores, pela emanação de diretrizes e recomendações com vista à melhoria continua da qualidade dos serviços prestados, e à Câmara Municipal da Praia da Vitória, acionista único, pela confiança e estímulo constantes, ao Fiscal Único e ao Conselho Geral da Empresa, pelo trabalho desenvolvido e pela confiança recíproca.

1.2 A EMPRESA

1.2.1 ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A Praia Ambiente, E.M. assume desde 2007 a responsabilidade por assegurar continuamente o fornecimento de água de qualidade aos seus clientes, gerir com eficiência a rede de drenagem de águas residuais e assegurar o seu tratamento, e a recolha atempada e integral de resíduos sólidos. Estas competências foram delegadas à Praia Ambiente, E.M. pela Câmara Municipal da Praia da Vitória, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

Foi criada na sequência das deliberações da Câmara Municipal da Praia da Vitória, de 29 de setembro de 2006, ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 1 e n.º 3, do artigo 4º, da Lei n.º 58/98, de 18 de agosto e alínea l), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. É uma empresa de gestão de serviços de interesse geral e de promoção do desenvolvimento local e regional, de natureza municipal, nos termos dos artigos 45º e 48º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pessoa coletiva de direito privado, designada por entidade empresarial local dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, ficando sujeita à tutela e superintendência da Câmara Municipal da Praia da Vitória.

A regulação e supervisão das atividades desenvolvidas pela Praia Ambiente, E.M. são asseguradas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores- ERSARA, de acordo com o disposto da alínea e) do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2010/A, de 5 março.

1.2.2 MISSÃO

É missão da Praia Ambiente, E.M., assegurar continuamente o fornecimento de água de qualidade aos seus clientes, gerir com eficiência a rede de drenagem de águas residuais e assegurar o seu tratamento, e recolha atempada e integral de resíduos sólidos, contribuindo decisivamente para a excelência da qualidade de vida dos cidadãos do concelho da Praia da Vitória.

Zelar pela boa exploração e manutenção da rede de águas pluviais e a sua adequada ampliação.

Proporcionar aos clientes meios eficazes de reclamação e acesso geral aos serviços garantindo respostas céleres às suas solicitações.

Assegurar a estabilidade económica e financeira da Empresa, aplicando uma gestão contemporânea, eficaz e respeitadora do estrito cumprimento das normas.

Assegurar estabilidade laboral e as regalias dos trabalhadores.

Dotar a empresa de uma estrutura orgânica marcada pela desburocratização e aplicação dos princípios de eficiência e rapidez nos processos de decisão e aplicação.



Marcar a utilização de *outsourcing* e de fornecimento externo de tarefas e serviços pelos princípios da busca de alta qualidade, respeito pelo controlo de custos e exclusivamente em situações devidamente justificadas pelos parâmetros referidos.

1.2.3 RESPONSABILIDADES E OBJETIVOS

A Empresa assume grandes responsabilidades perante os seus clientes, munícipes do concelho de Praia da Vitória, enquanto razão principal da sua atividade e merecedores da maior qualidade no usufruto dos serviços prestados.

A Empresa deverá enquadrar a sua estratégia e atividade decorrente no estrito cumprimento da política definida pelo Executivo da Câmara Municipal de Praia da Vitória, seu acionista único e, como tal, detentor da capacidade de exercer uma superior orientação programática.

A Empresa deverá garantir condições logísticas de eficácia e segurança aos seus trabalhadores, mormente nas condições logísticas e técnicas garantidas para exercerem as suas funções e no cumprimento de uma política de incentivo à produtividade e à constante formação pessoal e profissional.

Objetivos

Proporcionar aos clientes um serviço de abastecimento de água de alta qualidade com um custo respeitador dos princípios da justiça social e cumprindo o princípio legal do utilizador-pagador, garantindo ainda o correto funcionamento do sistema e a célere resolução de problemas técnicos surgidos.

Proporcionar aos clientes um serviço de saneamento e de recolha de resíduos sólidos eficazes, garantindo ainda o correto funcionamento dos sistemas e a célere resolução de problemas técnicos surgidos.

1.2.4 ÓRGÃOS SOCIAIS

A 31 de dezembro de 2019, os órgãos sociais da Praia Ambiente, E.M. são constituídos por:

Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração – Tiago Lúcio Borges de Meneses Ormonde

Administrador Executivo – Rui Duarte Gonçalves Luis (iniciou funções a 4 de novembro)

Administrador Não Executivo – Raquel Lemos Borges

Conselho Geral

Câmara Municipal da Praia da Vitória

Representante dos Utentes

Representante de Entidades

Fiscal Único

Santos Vaz & Trigo Morais, SROC

1.2.5 ORGANOGRAMA

A estrutura orgânica da Praia Ambiente, E.M. é a que se apresenta no organograma da figura 1, a qual divide-se em três áreas operacionais.

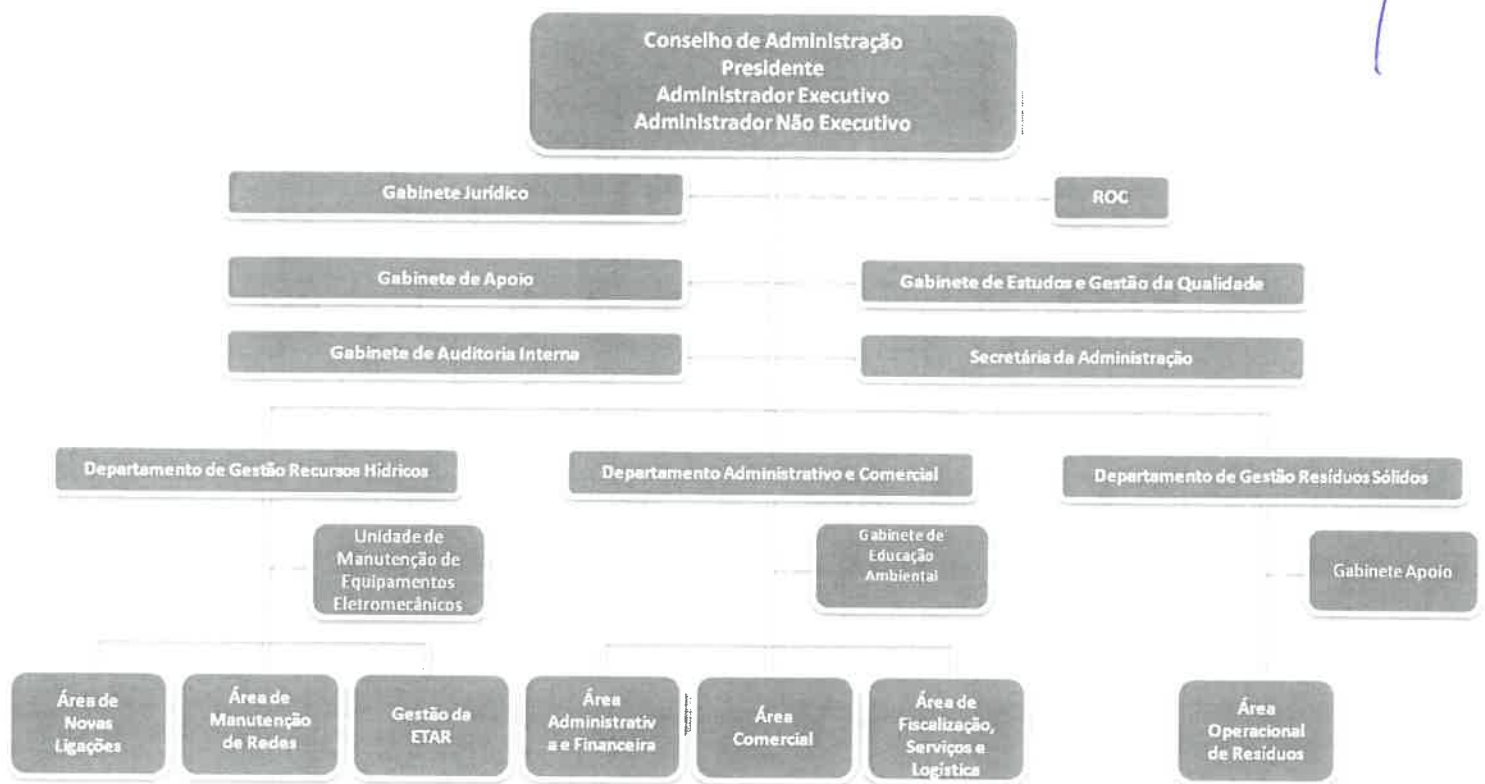


Figura 1. Organograma da empresa.

1.2.6 RECURSOS HUMANOS

A 31 de Dezembro de 2019 o Quadro de Pessoal da Empresa integrava 93 colaboradores, dos quais 29 colaboradores são cedidos através da celebração de Acordo de Cedência de Interesse Público, e 64 colaboradores fazem parte do Quadro de Pessoal da Praia Ambiente, E.M..

Relativamente à evolução do n.º de colaboradores importa realçar que houve um acréscimo de 5 colaboradores, passando dos 88 em 2018 para 93 em 2019.

1.2.6.1 DISTRIBUIÇÃO POR CATEGORIA PROFISSIONAL

O quadro de pessoal tinha a seguinte distribuição por unidade orgânica a 31 de dezembro de 2019:

~~Handwritten scribbles and initials in blue ink.~~

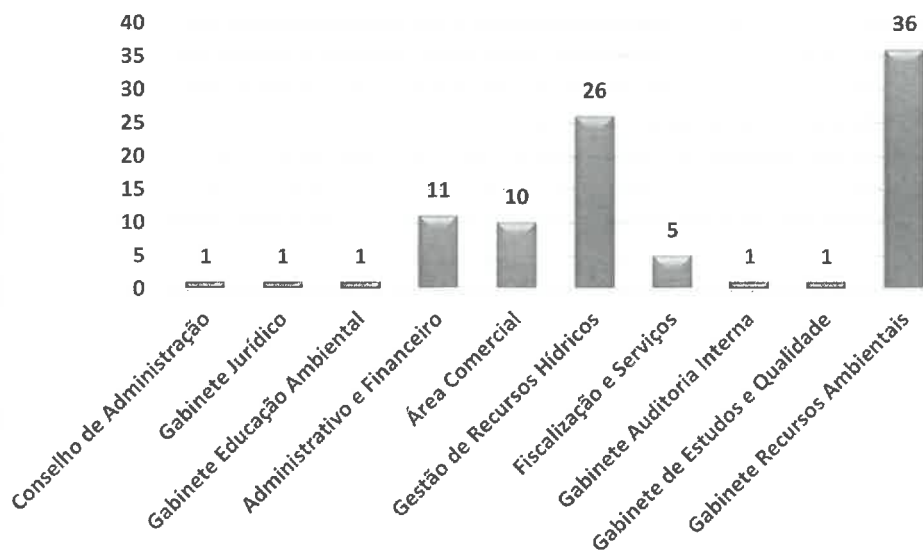
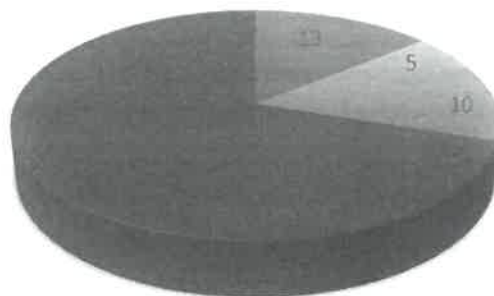


Gráfico 1. Número de colaboradores por unidade orgânica.

1.2.6.2 CATEGORIA PROFISSIONAL

Dos 93 colaboradores, 65% são assistentes operacionais, 10% técnicos superiores e 18% administrativos e técnicos profissionais:



■ Técnico Superior ■ Técnico Profissional ■ Administrativo ■ Assistente Operacional

Gráfico 2. Número de colaboradores por categoria profissional.

1.2.6.3 DIVERSIDADE DE GÉNERO E IDADE

Em termos gerais, e de acordo com os elementos apresentados no gráfico abaixo, existe uma maior presença de elementos do sexo masculino nos recursos humanos da Praia Ambiente, E.M. no que se refere à distribuição por género. Dos 93 colaboradores que integravam o quadro de pessoal, 23 eram mulheres e 70 eram homens, isto é, 25% e 75% respetivamente.

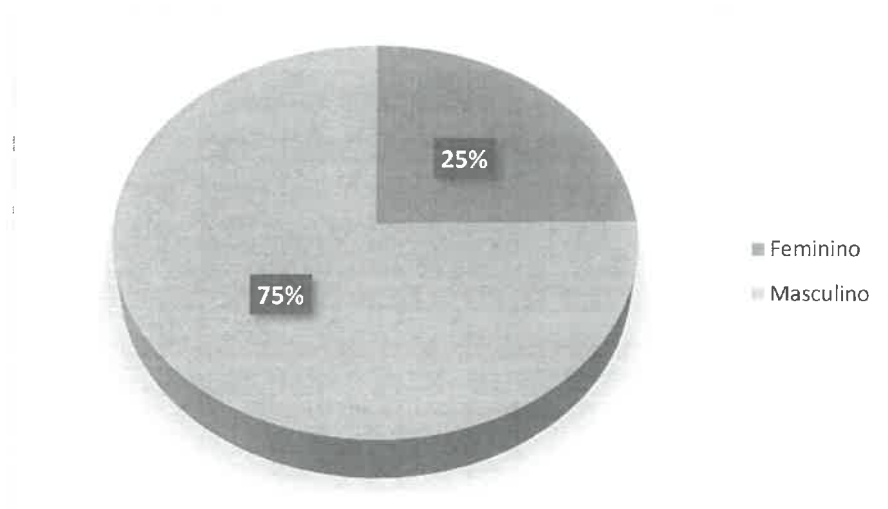


Gráfico 3. Número de colaboradores por género.

Relativamente à distribuição por idades verificamos que existe uma maior concentração de colaboradores na classe etária entre os 40 e 49 anos – 30 colaboradores. Seguem-se as classes dos 30 aos 39 com 25 colaboradores, a classe dos 50 aos 59 com 24 colaboradores.

A classe dos 60 aos 66 regista 3 colaboradores.

Handwritten signature and initials in blue ink.

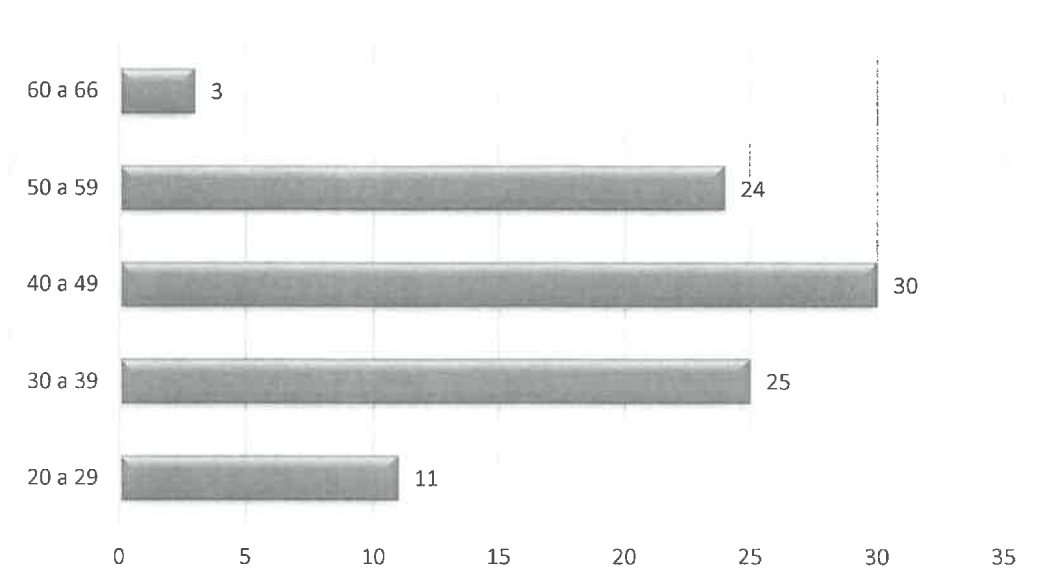


Gráfico 4. Distribuição do número de colaboradores por idade.



1.3 PRINCIPAIS ATIVIDADES EM 2019

1.3.1 CONTRATOS

No final do ano de 2019, o número de contratos ativos de abastecimento de água da Praia Ambiente E. M. encontrava-se distribuído tal como demonstra o quadro abaixo, num total de 10.639 contratos, não se verificando variação significativa em relação ao período homólogo de 2018.

Quadro 1 – Evolução no número de contratos ativos por serviço e tipologia.

Tipo de cliente	2018	2019	Δ
Contratos Ativos	10.582	10.639	0,54 %
Doméstico	8.769	8.821	0,59 %
Não Doméstico	1.813	1.818	0,28 %
Contratos Ativos com a componente de Saneamento de Águas Residuais	3.370	3.386	0,47 %
Doméstico	2.945	2.966	0,71 %
Não Doméstico	425	420	-1,18 %
Contratos Ativos com a componente de Resíduos Urbanos	9.477	9.482	0,05 %
Doméstico	8.693	8.736	0,49 %
Não Doméstico	784	746	-4,85 %

1.3.2 VOLUME DE ÁGUA FATURADO

No que concerne ao volume de água faturada, a Praia Ambiente, E. M. faturou, no ano de 2019, 1.414.516 m³, o que equivale a uma média diária de 3.875 m³.

[Handwritten signature]

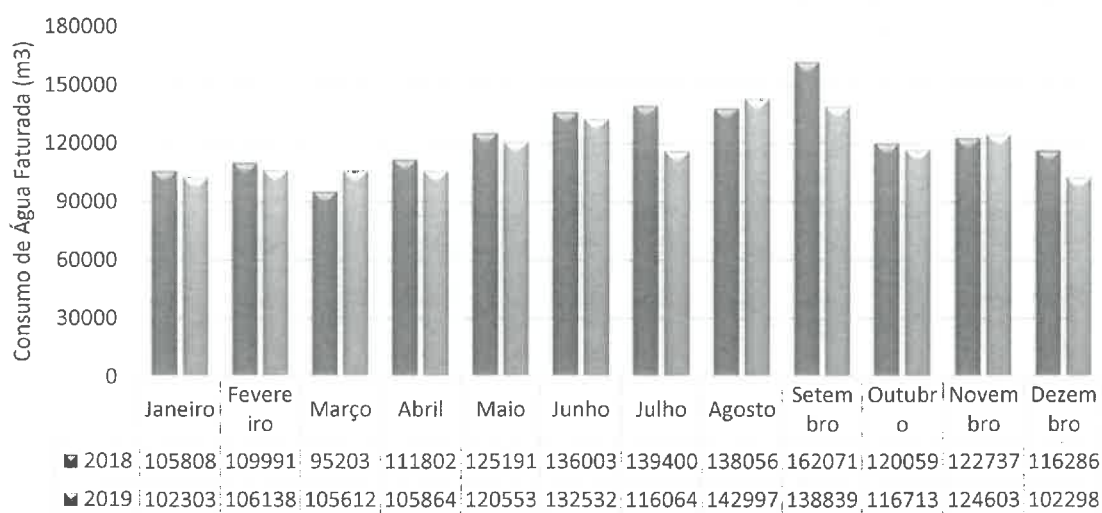


Gráfico 5 – Evolução mensal da Água faturada (m³).

Do gráfico apresentado é possível verificar que, em termos gerais, no ano de 2019 houve uma redução de consumo de água.

As únicas classes de consumo que não apresentaram uma redução de consumo foram as Instituições Sem Fins Lucrativos e a Indústria e Comércio, não sendo significativas as variações verificadas em volume.

Face ao 1ano de 2018, em termos globais, verificou-se uma redução de **9,54%** no volume de água consumida (ver quadro seguinte):

Quadro 2 – Somatório da água faturada por tipologia de cliente (m³).

Tipo de Cliente	2018	2019	Δ
Agropecuária	166.440	140.813	-15,40%
Doméstico	973.208	963.216	-1,03%
Indústria e Comércio	210.996	211.254	0,12%
Instituições sem fins lucrativos	20.876	23.194	11,10%
Organismos Públicos	104.137	68.257	-34,45%
Sazonal	6.951	7.782	11,96%
Total Geral	1.482.608	1.414.516	-9,54%

1.3.3 SERVIÇOS

No que concerto ao número total de serviços executados nos anos de 2018 e 2019, importa salientar que houve um ligeiro aumento, tal como pode ser verificado pelo quadro seguinte:

Quadro 3 -Evolução do Nº de Serviços Executados no ano de 2019.

Total de Serviços executados

Mês	2018	2019	Δ
Janeiro	480	482	0%
Fevereiro	414	463	12%
Março	473	592	25%
Abril	431	584	35%
Maio	596	673	13%
Junho	615	589	-4%
Julho	512	602	18%
Agosto	553	428	-23%
Setembro	547	513	-6%
Outubro	577	564	-2%
Novembro	607	539	-11%
Dezembro	428	499	17%
TOTAL	6.235	6.528	5%

1.3.3.1 SERVIÇOS EXTRA DE RESÍDUOS

Relativamente aos serviços emitidos (solicitados) de recolha de resíduos extra houve um aumento de **19,5%** no ano de 2019, em comparação com 2018.

Entende-se por serviço de recolha extra todos os serviços solicitados de recolha da de resíduos que carecem de marcação e que não são recolhidos nas retas periódicas de recolha, sendo tarifadas de acordo com o tarifário em vigor e de acordo com o Regulamento Municipal de Resíduos.

Os valores relativos ao número de serviços solicitados de recolhas extras encontram-se apresentada no quadro seguinte:

Quadro 4 - Evolução do Nº de Pedidos de Recolhas Extra.

Serviços de Recolha Extra	2018	2019	Δ
<i>Monstros</i>	591	758	28%
<i>Verdes</i>	342	402	18%
<i>RCD's</i>	25	23	-8%
<i>Óleos alimentares</i>	8	5	-38%
<i>Resíduos Indiferenciados</i>	32	29	-9%
<i>Resíduos Recicláveis</i>	6	9	50%
<i>REE's</i>	32	12	-63%
TOTAL	1.036	1.238	19%

1.3.3.2 PEDIDOS DE LIGAÇÃO AO SISTEMA PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS

A ligação de um determinado local aos sistemas públicos de distribuição de água e/ou de drenagem de águas residuais urbanas é requerido através de um processo de Ligação que é instruído de acordo com a sua especificidade, tendo em conta a natureza da intervenção a realizar e o uso a que se destina o espaço.

Assim, todos os pedidos de ligação, ou de modificação da ligação existente, aos serviços públicos carecem de um estudo de viabilidade, que analisará as condições de disponibilidade, no local, para abastecimento de água ou para receção de águas prediais, caso se trate de um processo de ligação de águas de abastecimento ou de drenagem de águas residuais, respetivamente.

No caso de um processo de ligação implicar a construção ou modificação de redes prediais, no decorrer deste processo, haverá lugar a uma verificação dos respetivos projetos e, caso necessário, de vistorias ao local.

Relativamente ao ano de 2019, houve uma redução nos pedidos de viabilidade de ligação/modificação aos sistemas de abastecimento de água em cerca de 28% e em 20% nos pedidos de ligação ao sistema público de drenagem de águas residuais, em comparação com o ano de 2018 (ver quadro seguinte):



Quadro 5- Evolução de Processos de ligação iniciados.

Processos de Ligação	2018	2019	Δ
<i>Processos de Ligação água</i>	183	132	-28%
<i>Processo de Ligação Saneamento</i>	99	79	-20%
TOTAL	282	211	-25%

Apesar da redução de pedidos de ligação/modificação ao sistema pública de abastecimento de água, o número de pedidos de verificação de projetos de redes prediais de água aumentou em cerca de 20%, em relação ao ano transato. O que significa que houve um aumento de pedidos de ligação em que houve construção de redes prediais (mais concretamente edificações novas).

Também se verificou um aumento de pedidos em relação aos projetos prediais de drenagem de águas residuais (ver quadro seguinte):

Quadro 6- Evolução do Nº de verificações de projeto de redes prediais.

Processos de Ligação	2018	2019	Δ
<i>Verificação Proj. Águas</i>	71	85	20%
<i>Verificação Proj. Saneamento</i>	72	82	14%
TOTAL	143	167	17%

1.3.3.3 SERVIÇOS DE APOIO AO DOMICÍLIO

Os serviços de apoio ao domicílio englobam deslocações para efeitos diversos, verificações aos contadores por suspeita de entupimento, pedidos de registo de pressão e reparações diversas. Para além destes serviços a Praia Ambiente, E. M. também dispõe de uma equipa que presta um serviço especializado na deteção de fugas de redes prediais.

Em 2019 houve uma redução no número de pedidos de assistência ao domicílio, em relação a 2018, tal como é evidenciado no quadro seguinte:

Quadro 7- Evolução do Nº de Serviços de Apoio Domiciliário Emitidos.

serviços apoio domiciliário	2018	2019	Δ
<i>Verificações de contador</i>	9	17	89%
<i>Deslocações</i>	127	110	-13%
<i>Reparações diversas</i>	175	192	10%
<i>detetor de fugas</i>	35	49	38%
<i>registos de pressão</i>	54	84	56%
TOTAL	400	452	13%

1.3.4 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

A Praia Ambiente, E. M. dispõe de uma equipa específica que executa os serviços de fiscalização solicitados, quer pelos utentes do nosso serviço, quer pelos restantes departamentos da empresa.

Os serviços de fiscalização são agrupados em 3 áreas, nomeadamente a área de Águas de abastecimento, de saneamento e de resíduos.

As fiscalizações de Água são solicitadas sempre que existem suspeitas de furto de água, através de ligações ilícitas ou abertura fraudulenta das válvulas de corte no decorrer de um fecho por mora de pagamento de faturas.

Relativamente às fiscalizações de saneamento estas são solicitadas, normalmente, quando há suspeitas de ligação indevida aos sistemas públicos, escoamentos a céu aberto ou encaminhamento de materiais indevidos para o sistema público de drenagem de águas residuais.

No ano de 2019, o número de fiscalizações solicitadas foi ligeiramente superior ao ano anterior, conforme se demonstra no quadro seguinte:



Quadro 8- Evolução do Nº de Fiscalizações Emitidas.

Fiscalizações	2018	2019	Δ
<i>Fiscalizações água</i>	189	186	-2%
<i>Fiscalizações Resíduos</i>	7	8	14%
<i>Fiscalizações Saneamento</i>	3	9	200%
TOTAL	199	203	2%

1.3.5 SERVIÇOS AUXILIARES

Para além dos serviços apresentados que, normalmente, são solicitados pelos clientes, existem outros serviços que são emitidos e que decorrem da atividade comercial e que tem implicação direta no decorrer da gestão dos respetivos contratos dos clientes. Estes serviços são considerados auxiliares e encontram-se descritos no quadro seguinte:

Quadro 9 - Evolução do Nº de Serviços de Auxiliares.

serviços auxiliares	2018	2019	Δ
<i>Corte de ligação direta</i>	30	16	-47%
<i>Tamponamento de ramais</i>	12	8	-33%
<i>fecho de água</i>	682	646	-5%
<i>abertura de água</i>	640	596	-7%
<i>colocação de contador</i>	263	195	-26%
<i>retirada de contador</i>	184	152	-17%
<i>substituição de contador</i>	611	791	29%
<i>leituras extra</i>	1.172	1.206	3%
<i>outros</i>	426	448	5%
TOTAL	4.020	4.058	1%

Como é possível verificar pelos dados do quadro anterior, em termos totais, houve um aumento de 1%, em termos de serviços emitidos, no primeiro semestre de 2019, em relação ao mesmo período de 2018, sobretudo justificados pelo aumento de serviços de substituição de contador.

1.3.6 RECLAMAÇÕES

Para a Praia Ambiente, E. M. as reclamações apresentadas pelos clientes são uma oportunidade de melhoria dos serviços prestados, permitindo prevenir situações que lhe deram origem e ir ao encontro das suas expectativas, preocupações e interesses.

A Praia Ambiente E.M. procede ao levantamento de uma reclamação e procede ao seu respetivo tratamento sempre que um cliente nos contata, presencialmente, por email, por carta, telefone ou através do balcão digital do nosso site e nos chama atenção para qualquer aspeto do serviço prestado diretamente por esta entidade gestora.

No ano em análise, o número de reclamações foi de 9, valor inferior a 2018. No livro de reclamações foi apresentada uma reclamação neste período (ver quadro seguinte).

Quadro 10- Evolução das reclamações (2018-2019).

Meio de Comunicação	2018	2019	Δ
Livro de Reclamações	2	1	-50%
Outros Meios	31	28	-10%
TOTAL	33	29	-12%

A respostas às reclamações são elaboradas no prazo máximo de 10 dias úteis, não obstante o Decreto-lei nº 194/2009, de 20 de agosto, definir 22 dias úteis. O tempo médio de respostas às reclamações escritas apresentadas em 2018 foi de 10 dias, o que equivale a uma boa qualidade de serviços, segundo o indicador da ERSARA, à semelhança do ano anterior. Esta situação resulta da redefinição dos procedimentos de análise das reclamações com vista a tornar as repostas aos clientes mais céleres.



1.3.7 ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

No âmbito das suas competências, a Praia Ambiente, E.M. é responsável pela exploração e manutenção do sistema de abastecimento de água do concelho da Praia da Vitória. Este abrange uma área de 162 km² e uma população residente de 21 035 habitantes. É composto por 4 subsistemas de distribuição de água: o Subsistema Aqualva/Praia, o Subsistema Fonte do Bastardo/Porto Martins/Cabo da Praia, o Subsistema Quatro Ribeiras e o Subsistema Caparica/Biscoitos.

A água é captada em 8 furos subterrâneos e 9 conjuntos de nascentes localizados no concelho da Praia da Vitória, aduzida até 26 reservatórios, com uma capacidade de reserva disponível de 8 099 m³/dia e distribuída através de um sistema de condutas, com 285 km de comprimento e 12 534 ramais de ligação.

Em 2019, foram executados trabalhos de substituição de equipamentos eletromecânicos e implementadas melhorias a nível das infraestruturas de rede de abastecimento de água por forma a melhorar o seu desempenho e fiabilidade, reparações de redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais domésticas.

Foi realizado o acompanhamento e fiscalização da empreitada de Execução de Adução e Abastecimento de Água a Santa Rita/Juncal – concelho da Praia da Vitória.

Foi ainda dado o apoio técnico e validação do projeto de execução de uma rede adutora entre o reservatório do Areeiro e o bairro no âmbito da empreitada de “Requalificação do Bairro Nossa Senhora de Fátima – 2ª Fase”, da responsabilidade da Direção Regional de Obras Públicas e Comunicações, e realizada a fiscalização da mesma.

Com vista ao lançamento da empreitada de “Adução e Abastecimento ao Terceira Tech Island” deu-se início à preparação das peças procedimentais do concurso para elaboração do projeto.

Elaborou-se, ainda, o estudo e orçamento da obra relativa à Execução de Condução Adutora entre a Aqualva e Vila Nova - Caminho das Faias/Calvário.

Durante o ano de 2019 foram executadas diversas reparações no sistema de abastecimento de água, das quais se destacam as seguintes:

- Conduto elevatória do furo do Pico Celeiro (F0), na Canada da Cidade
- Três roturas na rede DN 63 na Rua Padre Francisco Rocha de Sousa
- Conduto elevatória da estação de bombagem F9 no Caminho da Doca
- Conduto DN140 Rua P^a Lourenço Ávila (E.R.)
- Conduto DN90 Rua do Lajedo
- Conduto de abastecimento do Pico Celeiro
- Furo do Barreiro F5
- Furo do Areeiro F1
- Rotura na rede de 63 - Rua do André Luís
- Rotura da conduto elevatório do Pico Celeiro DN100 FB
- Rua dos Lourais DN 110 PVC
- Furo do Pico Celeiro - F0

O controlo do sistema de abastecimento é realizado diariamente, podendo ser acionado, em caso de necessidade, um piquete de intervenção e reparação, durante 24 horas por dia.

1.3.8 CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA

Assegurar continuamente a distribuição de água com qualidade em todo o sistema de abastecimento de água, constitui um objetivo primordial da Praia Ambiente, E.M..

A gestão da qualidade da água no sistema de abastecimento da Praia Ambiente, E.M. integra as seguintes componentes distintas de controlo:

- Programa de controlo da qualidade da água no sistema de abastecimento da Praia Ambiente, E.M., E. M. (PCQA), no âmbito do qual são realizadas colheitas de amostras de água, efetuadas de modo sistemático pelo Laboratório acreditado, nas torneiras de consumidores, representativas de todo o sistema de distribuição, por forma a obter

dados e informações que apoiem e orientem as ações de gestão da qualidade da água e, conseqüentemente, suportam a garantia de qualidade do produto “água”.

- O controlo operacional/vigilância consiste em verificar o nível da qualidade da água para consumo humano em toda a extensão do sistema de abastecimento e detetar atempadamente possíveis anomalias, ocasionais ou de carácter sistemático, de modo a permitir que sejam postas em prática medidas preventivas eficazes, o qual inclui a monitorização da qualidade da água de todas as captações de água para consumo humano nos termos do disposto do Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de agosto.
- O Plano de Monitorização Especial, realizado no âmbito do acompanhamento da situação ambiental das áreas de captação dos furos de abastecimento do concelho da Praia da Vitória, com o intuito de assegurar a qualidade da água para consumo humano, nos furos do Pico Celeiro, Juncal, Barreiro, Areeiro e Covas.
- Controlo complementar da qualidade da água, realizado no tratamento de reclamações de qualidade da água e no tratamento de incumprimento de valores paramétricos.

O PCQA elaborado e implementado pela Praia Ambiente, E.M. tem como objetivo a verificação do cumprimento dos valores paramétricos definidos no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, relativos à qualidade da água para consumo humano.

O PCQA integra campanhas de amostragem para:

- Controlo da qualidade da água distribuída no Concelho de Praia da Vitória, através da realização de colheita de amostras de água na torneira do consumidor (abastecimento em baixa);
- Controlo da qualidade da água fornecida à Entidade Gestora do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Angra do Heroísmo, através da realização de colheitas de amostras de água no ponto de entrega de água (abastecimento em alta).

O PCQA, no cumprimento da legislação em vigor, é submetido à aprovação da Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos dos Açores (ERSARA), enquanto autoridade

componente regional, tendo sido apreciado favoravelmente em virtude de cumprir todas as obrigações legalmente impostas às entidades gestoras de sistemas de distribuição de água destinada ao consumo humano: número e localização de pontos de amostragem, frequência de amostragem e análise, credencial do laboratório que efetua as análises e a adoção de métodos analíticos de referência.

Obedecendo a este plano, a Praia Ambiente, E.M. recolheu na torneira dos consumidores e enviou para o laboratório acreditado 150 amostras referentes ao abastecimento em baixa e seis referentes ao abastecimento em alta, tendo sido realizadas 1608 análises em baixa e 105 em alta.

No ano de 2019, o cumprimento dos valores paramétricos definidos no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, foi de 99,57 % nas torneiras dos consumidores residentes no concelho da Praia da Vitória e de 100% no ponto de entrega aos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo. A avaliação dos resultados relativos ao cumprimento da legislação sobre a qualidade da água fornecida pela Praia Ambiente, E.M. confirma a muito boa qualidade da água fornecida pela Praia Ambiente, E.M. em baixa e em alta.

Relativamente ao ano anterior verificou-se um aumento do cumprimento dos valores paramétricos de 1,08%, sobretudo devido a este ano ter-se registado um menor número de incumprimentos do parâmetro fluoreto cuja causa é a natureza hidrogeológica do aquífero de abastecimento de água.

Handwritten signature in blue ink.

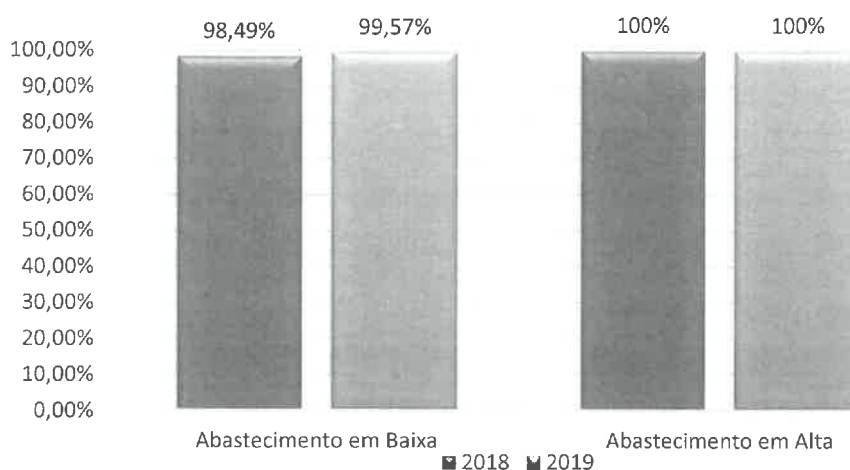


Gráfico 6. Percentagem de Água Segura, por tipo de abastecimento.

Conforme o estabelecido no ponto n.º 1, do artigo 17.º, do Decreto-Lei n.º 306/2007, 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, a Praia Ambiente, E.M. procede à divulgação dos resultados do controlo de qualidade da água do Concelho de Praia da Vitória através dos editais públicos e do *site*, bem como através da sua afixação na loja de atendimento ao cliente.

Na tabela seguinte apresentam-se os indicadores mais relevantes relativos ao controlo efetuado em 2019.

Quadro 11. Evolução dos Indicadores de Controlo da Qualidade da Água.

Indicadores do Controlo da Qualidade da Água	2018	2019
Programa de Controlo de Qualidade da Água (PCQA) – Abastecimento em Baixa		
Número de análises obrigatórias realizadas à qualidade da água (n.º/ano)	1589	1608
Taxa de execução de análises obrigatórias	100%	100%
Número de análises realizadas aos parâmetros com valor paramétrico (n.º/ano)	1297	1316
Taxa de análises conformes com o valor paramétrico (%)	98,49%	99,59%
Percentagem de Água Segura (%)	98,41%	99,59%
Número de colheitas efetuadas	150	150
Programa de Controlo de Qualidade da Água (PCQA) – Abastecimento em Alta		
Número de análises obrigatórias realizadas à qualidade da água (n.º/ano)	78	105
Taxa de execução de análises obrigatórias	100%	100%
Número de análises realizadas aos parâmetros com valor paramétrico (n.º/ano)	69	88
Taxa de análises conformes com o valor paramétrico (%)	100%	100%
Percentagem de Água Segura (%)	100%	100%
Número de colheitas efetuadas	4	6

Handwritten signature and initials in blue ink.



No âmbito do plano de monitorização especial dos furos localizados na envolvente das áreas contaminadas por hidrocarbonetos, que vem sendo realizado desde 2011, são monitorizados um conjunto de 145 parâmetros, os quais para além dos de carácter obrigatório, estabelecidos na legislação nacional, incluem um vasto número de parâmetros definidos na legislação comunitária e internacional, nomeadamente, parâmetros físicos, agregados, inorgânicos não metálicos, metais, hidrocarbonetos totais do petróleo, BTEX, compostos orgânicos voláteis halogenados, compostos orgânicos voláteis não-halogenados e hidrocarbonetos policíclicos aromáticos.

A amostragem e análise dos parâmetros do referido plano, é realizada respeitando os períodos, frequência, métodos de amostragem e limites de quantificação, recomendados pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e realizados por um laboratório acreditado e independente, contratado pela Praia Ambiente, E.M. para o efeito.

Os resultados obtidos são enviados para a ERSARA, a qual envia para o LNEC para análise, tendo em conta os limiares da qualidade da água para consumo humano estabelecidos na legislação nacional, comunitária e internacional, nomeadamente a Canadiana e Holandesa.

Os resultados das análises de monitorização da qualidade da água dos furos localizados na envolvente das áreas contaminadas por hidrocarbonetos provenientes das instalações de armazenamento de combustíveis da Força Área Americana, evidenciaram que todos os parâmetros determinados se encontram em conformidade com Normas de Qualidade, nomeadamente com a Diretiva das Águas Subterrâneas (DAS), com os Limiares da Qualidade para as águas definidos, pela Agência Portuguesa para o Ambiente e os definidos no Decreto-Lei n.º 208/2008, de 28 de outubro, com Valor Paramétrico, definido no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, o qual define as normas da qualidade da água destinada ao consumo humano, com os Padrões de Qualidade Subterrânea Canadianos (Standards in a Potable Groundwater Condition (Table 2)) e com legislação holandesa, à exceção dos parâmetros Cloreto e Sódio, no furo de Juncal, Ferro, no furo das Covas e do Vanádio, em todos os furos, resultado das características hidrogeológicas dos aquíferos.



1.3.9 DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

A drenagem de águas residuais, no concelho da Praia da Vitória, é efetuada através de uma rede de coletores, constituída por 63,2 km de coletores gravíticos e de condutas elevatórias e 17 estações elevatórias, que permitem o transporte das águas residuais até a Estação de Tratamento de Águas Residuais da Praia da Vitória (ETAR).

1.3.9.1 ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DA PRAIA DA VITÓRIA

Caraterização Quantitativa dos Caudais Tratados

Em 2019, foi tratado um total de 312 449 m³ de água residual, registando-se um aumento de 48 788 m³ (18,5%), em relação ao seu período homólogo (em que foram tratados 263 661m³).

Tal facto fica-se a dever a dois fatores: condições meteorológicas, foi um ano particularmente chuvoso, e ao aumento da população flutuante, registado sobretudo entre os meses de maio a setembro.

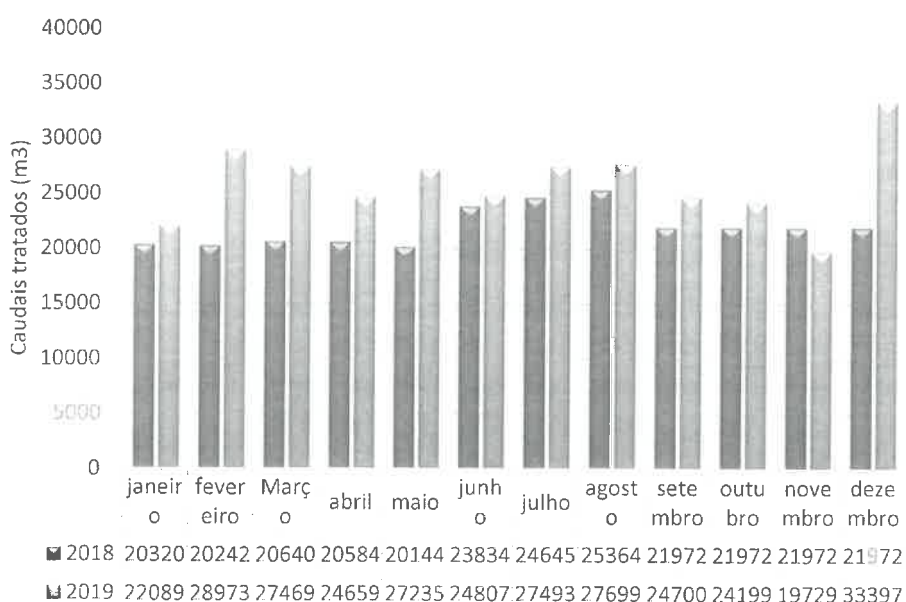


Gráfico 7. Caudais Anuais Tratados.

[Handwritten signature]

Caraterização Qualitativa dos Caudais Tratados

Durante o ano de 2019, foram realizadas 12 recolhas (1/mês), 100% das análises previstas na nossa Licença de Descarga, registando-se 100% de cumprimento, dos VLE's estabelecidos no Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, que estabelece as normas de descarga de águas residuais no meio aquático.

Produção de Resíduos

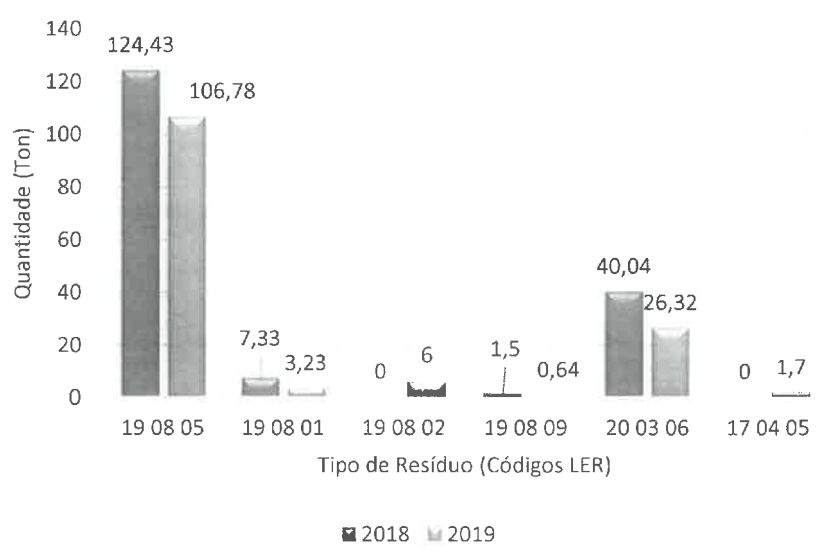


Gráfico 8. Produção Anual de Resíduos.

- Legenda (Códigos LER):**
- 19 08 05 – Lamas
 - 19 08 01 – Gradados
 - 19 08 02 – Areias
 - 19 08 09 – Mistura de gorduras e óleos
 - 20 03 06 – Res. Limpeza Esgotos
 - 17 04 05 – Ferro e Aço

Como podemos observar no gráfico apresentado anteriormente, registou-se uma diminuição na produção total de resíduos (- 28,63 Ton / -17%), que está diretamente relacionada com a qualidade do efluente à entrada.

Apesar dos caudais terem aumentado em termos quantitativos, em termos qualitativos tivemos um efluente bruto, muito diluído, devido às condições meteorológicas referidas anteriormente.

Para se ter uma ideia, em 2018, os valores máximos médios de CBO₅ à entrada, foram de 466mg.O₂/L e em 2019, de 353 mg.O₂/L.

Avaliando agora por tipo de resíduos, no que diz respeito ao código LER 17 04 05 – Ferro e Aço, tratou-se de bombas velhas que reunimos da ETAR, das EEAR's e EEA's, e entregámos a operador licenciado, daí se tratar de uma situação pontual.

No que diz respeito às Areias (código LER – 18 08 02), fazemos a remoção das areias acumuladas no fundo do desarenador, conforme as necessidades, normalmente de 2 em 2 anos, por isso em 2019 não há registo.

Importante referir ainda que, no que diz respeito à Gestão e Exploração da ETAR da Praia da Vitória, no decorrer do último semestre de 2019, foi realizado um estudo de avaliação de riscos ambientais à ETAR da Praia da Vitória e EEAR4, desenvolvido no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho, com o intuito de garantir o Seguro de Responsabilidade Ambiental da ETAR.

Este estudo teve como objetivo fundamentar o valor da garantia financeira a constituir, em função do risco por dano ambiental decorrente das atividades, operações e procedimentos associados à atividade da ETAR e EEAR4 .

Esta avaliação de riscos, contemplou as seguintes etapas:

- a) Diagnóstico da situação de referência no âmbito das componentes ambientais, recursos hídricos, solo, espécie e habitats naturais;
- b) Identificação e avaliação dos riscos ambientais; e
- c) Estimativa do montante da garantia financeira.

1.3.9.2 ETAR DO PARQUE INDUSTRIAL DA ILHA TERCEIRA

No âmbito da atividade de saneamento de águas residuais, a Praia Ambiente, E.M. desenvolve e presta ainda outros serviços, tais como:

- Exploração da ETAR do Parque Industrial;
- Limpeza de fossas; e
- Execução de ramais de esgotos.

ETAR Compacta do Parque Industrial

A ETAR do Parque Industrial da Ilha Terceira foi projetada para receber um efluente do tipo doméstico (caraterísticas quadro 12), produzido por cerca de 250 trabalhadores, que exercem funções nas diversas empresas instaladas no Parque Industrial.

Quadro 12 - Condições de afluência à ETAR do Parque Industrial.

	Ano 0	Ano horizonte
<i>CBO₅ (mg/L)</i>	535,71	535,71
<i>CQO (mg/L)</i>	1071,43	1071,43
<i>SST (mg/L)</i>	803,57	803,57

Fonte: Programa de Exploração – janeiro de 2009 – Gerar.

Todo o tratamento do efluente industrial das empresas instaladas no Parque Industrial da ilha Terceira é da responsabilidade das mesmas e não é admitido na rede de drenagem do Parque Industrial.

A Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira (AGESPI) é a entidade titular da ETAR, tendo desde junho de 2012 contratado a Praia Ambiente, E.M. para efetuar a sua exploração.

Controlo Analítico

O controlo analítico, dos parâmetros impostos por lei, é realizado no laboratório da ETAR de Angra do Heroísmo, da responsabilidade dos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

São efetuadas recolhas apenas ao efluente tratado (sempre que o caudal o permite), uma vez que, não é possível efetuar a recolha no ponto de entrada do afluente à estação de tratamento, nem nos tanques de arejamento, por falta de acessibilidade.

Em relação ao ano anterior, foi possível fazermos mais análises, 14 análises (ano anterior foram realizadas apenas 8) e o número de incumprimentos menor, apenas 4, representando 71% de cumprimento dos parâmetros.

No ano anterior, das 8 recolhas efetuadas, registaram-se 5 amostras não conformes, representando 63% de cumprimento dos parâmetros.

Importante realçar que foi possível o cumprimento da Licença de Descarga, que obriga o envio de análises trimestrais.

1.3.10 RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A Praia Ambiente, E.M. assume a responsabilidade pela recolha e transporte de resíduos urbanos e equiparados de produtores que não excedam 1 100 litros diários/produtor em todo o concelho da Praia da Vitória, disponibilizando para o efeito 315 equipamentos de deposição em espaços públicos.

A rede de recolha seletiva de resíduos é constituída por 258 ecopontos, distribuídos pelas freguesias do concelho, integrados num sistema de deposição de resíduos urbanos de ecoilhas e 21 pontos de recolha de óleo alimentar usado.

A atividade de recolha de resíduos urbanos, desenvolvida pela Praia Ambiente, E.M. inclui a recolha de resíduos indiferenciados, a recolha seletiva de embalagens, a recolha de óleo alimentar usado e a recolha de monstros.

Em 2019, foram recolhidos pelos serviços da empresa 9 320,62 toneladas de resíduos, verificando-se um aumento de **3,9%** relativamente ao ano anterior.

[Handwritten signature]

Recolha Indiferenciada de Resíduos Urbanos

A recolha de resíduos indiferenciados no concelho é realizada semanalmente na zona rural (norte e sul) e zona urbana.

A recolha de resíduos indiferenciados foi de 7 708,53 toneladas, um aumento de **4,0%** relativo ao ano anterior, representando 82,7% da totalidade dos resíduos recolhidos.

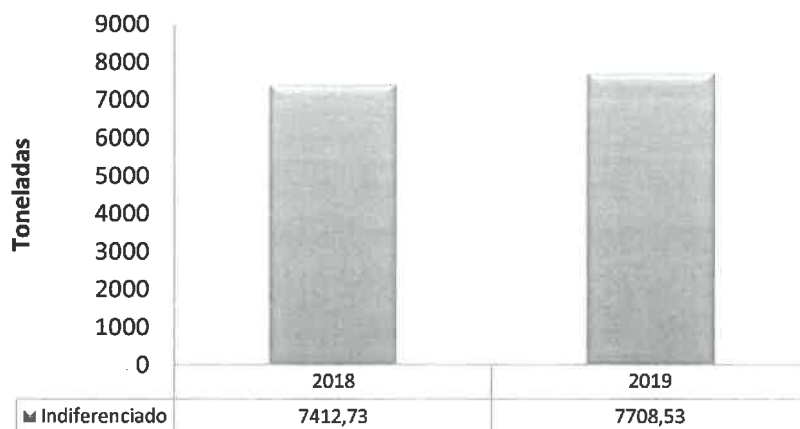


Gráfico 9. Evolução da recolha Indiferenciada.

Recolha Seletiva de Resíduos de Embalagens

A recolha seletiva de embalagens é realizada pela Praia Ambiente, E.M. através de circuitos específicos, garantindo assim a entrada destes no circuito de reciclagem.

A recolha seletiva no canal HORECA (Hotéis, Restaurantes e Cafés) do concelho, envolve o empréstimo ao estabelecimento comercial de equipamentos destinados à separação dos resíduos valorizáveis e a integração em circuitos semanais de recolha.

A recolha seletiva integra a realizada no Canal Horeca e pequenos produtores de papel/cartão, a recolha seletiva porta-a-porta de plástico (doméstico e HORECA rural) e pequenos produtores de plástico e a recolha na rede de ecopontos.

No ano de 2019, recolheram-se 1 256,92 toneladas de resíduos de embalagens, verificando-se um aumento de cerca de **2,1%** de resíduos recolhidos relativamente ao ano anterior, representando 13,5% do total dos resíduos recolhidos.

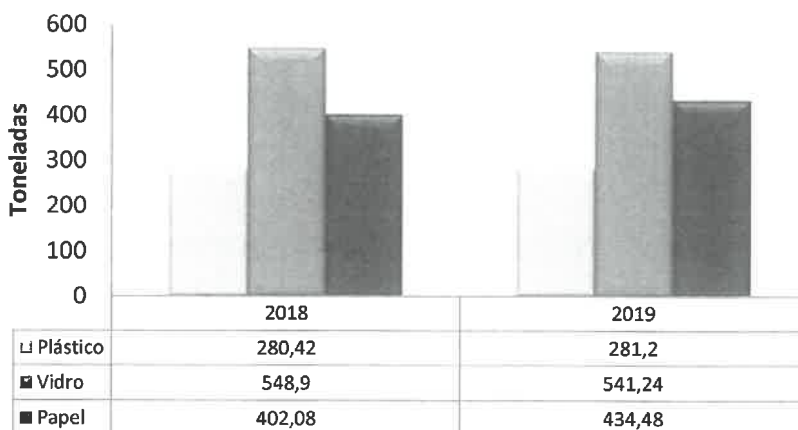


Gráfico 10. Evolução da quantidade de embalagens recolhidas seletivamente.

Recolha de Óleos Alimentares Usados

A Praia Ambiente, E.M. assegura igualmente a recolha do óleo alimentar usado, recolhendo nos oleões de rua e nos estabelecimentos do canal HORECA, o qual posteriormente é encaminhado para o operador licenciado para valorização.

Em 2019, foram recolhidos e encaminhados para valorização de 24 toneladas de óleo alimentar usado, o que representa um aumento de **22,7%** relativamente ao ano anterior.

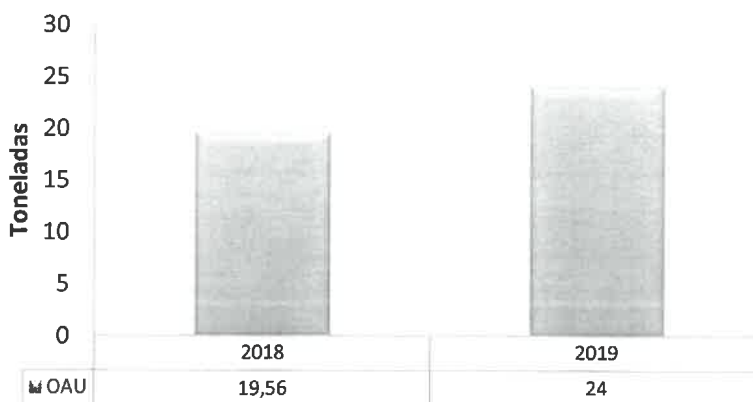


Gráfico 11. Evolução recolha de Óleo Alimentar Usado.

Recolha de Monstros e Verdes

Os monstros são resíduos provenientes das habitações e que pela sua natureza, dimensão ou volume não podem ser recolhidos pelos meios tradicionais de recolha, tais como resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, móveis, colchões e resíduos provenientes dos jardins domésticos.

No ano em análise, foram recolhidas **331,17 toneladas de monstros**, um aumento de **12,2%** relativamente ao ano anterior, representando 3,6% do total dos resíduos recolhidos em 2019.

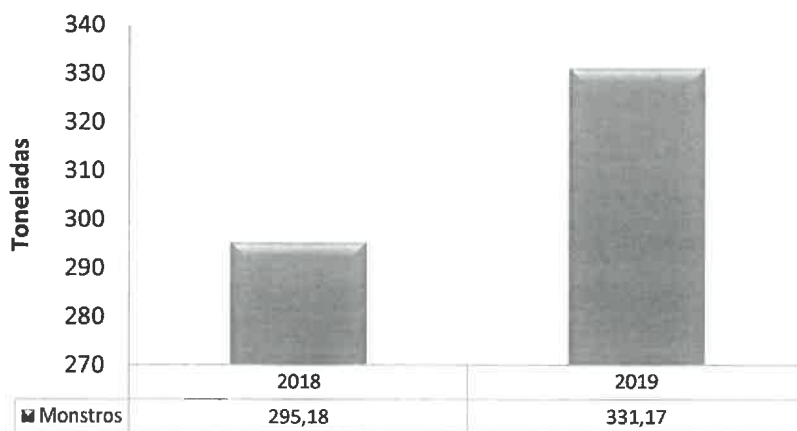


Gráfico 12. Evolução Recolha de Monstros.

1.3.10.1 SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA

Os serviços de limpeza urbana asseguram diariamente, através da varredura manual, a limpeza de arruamentos, faixas de rodagem, passeios, passagens pedonais do centro urbano da cidade da Praia da Vitória, numa média diária percorrida de 20 km, bem como a remoção dos resíduos das papeleiras das principais artérias da cidade.

1.3.11 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Praia Ambiente, E.M., ciente da importância da educação ambiental como ferramenta indispensável para a consciencialização em prol da proteção do ambiente e para o desenvolvimento sustentável desenvolveu diversas atividades junto das escolas e entidades do concelho, por forma a incutir comportamentos mais responsáveis ambientalmente.

As principais atividades desenvolvidas têm como foque a poupança de água para consumo humano, a divulgação da política dos 3Rs, bem como, a prevenção de produção de resíduos e sensibilização para separação seletiva dos resíduos.

Durante o ano de 2019, as atividades desenvolvidas pelo Gabinete de Educação Ambiental passaram pelas seguintes ações:

- Ação promovida pela Praia Ambiente, E.M. na semana 9ª semana de resíduos dos Açores;
- Ação de sensibilização/formação sobre o projeto Alteração de Rotas de Recolha de Resíduos Urbanos aos colaboradores do Departamento de Resíduos Urbanos da Praia Ambiente, E.M.
- Celebração do Dia Mundial da Água, a 21 de março, através da realização de um Peddy Paper da ÁGUA – Descobrir a água na cidade com cerca de 150 alunos das escolas EBI da Praia da Vitória e EB1/JI Santa Rita. Esta foi uma ação promovida pela Praia Ambiente, E.M. com o apoio do departamento de Educação e Reabilitação e dos Gabinetes de Desporto, Comunicação, e Turismo da Cooperativa Praia Cultural da Câmara Municipal da Praia da Vitória (CMPV).
- Celebração do Dia Mundial do Ambiente, a 5 de junho com cerca de 200 alunos das escolas do concelho. Foram realizadas diversas atividades com o apoio do Gabinete de Desporto e da Equipa do Projecto Life da CMPV. As atividades tiveram lugar no Paul da Praia da Vitória;
- Participação no Evento Bolinhas de Sabão, a 12 de junho promovido pelo Instituto de Segurança Social dos Açores, junto dos alunos do ATL do concelho, com atividades sobre reciclagem de resíduos;
- Apoio ao Plano Estratégico de Sustentabilidade Ambiental das Festas da Praia 2019.

- Visitas de estudo à Estação de Tratamento de Águas Residuais da Praia da Vitória, às nascentes das Frechas e reservatório na freguesia da Aqualva e à Resiaçores (armazém de triagem de resíduos) com alunos das escolas do concelho.
- - Celebração 11ª Semana Europeia de Prevenção de Resíduos subordinada ao tema “Mude os seus hábitos. Reduza os seus resíduos” com a realização da “Oficina de Reciclagem de Natal”, de 18 a 22 de novembro, junto de 150 crianças do pré-escolar e ensino primário de diversas escolas do concelho.

Quadro13. Número de ações em educação ambiental realizadas em 2019.

		Visitas de Estudo	Eventos	Ações de Sensibilização	Total
2018	Número	8	1	2	11
	Participantes	147	24	410	649
2019	Número	6	3	9	18
	Participantes	126	550	150	826



Figura 2. Registo fotográfico das ações de educação ambiental realizadas em 2019

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

1.3.12 FISCALIZAÇÃO E SERVIÇOS

Esta área engloba o Sistema de Informação Geográfica, apreciação de projetos de redes prediais, deteção de fugas de água em redes públicas e privadas, elaboração de peças desenhadas e orçamentos para projetos de execução, orçamentos e as ações de fiscalização inerentes ao cumprimento do Regulamento de Resíduos do Município da Praia da Vitória, bem como do Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água do concelho de Praia da Vitória.

1.3.12.1 PROJETOS

Até ao final do ano de 2019 foram analisados 218 Processos de Ligação de distribuição de água e de drenagem de águas residuais tendo em vista à criação de novos locais de consumo, divididos por categorias de acordo com o gráfico 13. No período homólogo de 2018 apreciaram-se 307 Processos de Ligação. A apreciação de processos registou uma redução de 29%.

No gráfico são apresentados a divisão por tipologia de processos no ano 2019 e o período homólogo de 2018.

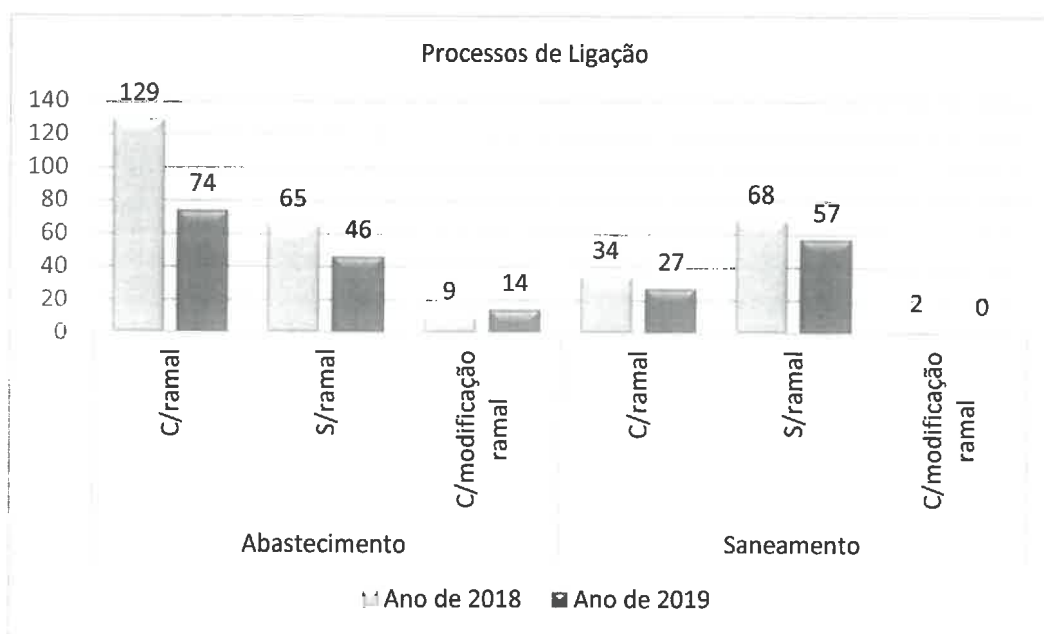


Gráfico 13. Processos de Ligação em 2019

Procedeu-se à compilação de informação e plantas tendo em vista a resolução dos problemas de pressão na zona alta da freguesia de Vila Nova, bem como do destino final da drenagem de águas residuais da referida freguesia.

1.3.12.2 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (SIG)

Na área dos Sistemas de Informação Geográfica, foi realizado a validação dos processos de ligação que deram entrada em 2018 e 2019 e a sua integração na plataforma Aqua Matrix e seu cadastro no ArcGis.

Procedeu-se à atualização do cadastro das infraestruturas existentes com especial enfoque na verificação dos ramais de água.

Quadro 14. Resumo de elementos de rede cadastrados.

Elementos da Rede	Pontos Consumo	Ramais Água	Camaras Ramal	Camaras Drenagem	Válvulas Seccionamento	Hidrantes	Acessórios	Tubagens (m)
2018	759	935	394	72	54	44		3273
2019	137	381	4	11	9	20	1307	1290

Em comparação com o período homólogo verifica-se uma redução dos elementos cadastrados, originada pela avaria do GPS portátil que condicionou bastante os levantamentos de campo.

Neste período, corrigiram-se erros de conectividade entre elementos e procedeu-se a uma reorganização do tipo de informação a cadastrar.

Foram definidas as zonas de influência de reservatórios no ArcGis e criadas as Zonas de Medição e Controlo (ZMC) no Aquamatrix, de acordo com os medidores de caudal instalados no âmbito “Programa de Apoio à Aquisição de Medidores de Caudal” promovido pela ERSARA, tendo em vista a execução do balanço hídrico do sistema de abastecimento de água do concelho.

Cadastraram-se também as zonas de abastecimento com base na origem da água no ArcGis, conforme definido no plano de controlo da qualidade da água. Este registo será também executado no Aquamatrix, à medida que o cadastro de ramais vá sendo conferido.

1.3.12.3 FISCALIZAÇÃO

Em linha com os objetivos propostos, foram desenvolvidas ao longo deste período 1292 ações de fiscalização de modo a garantir o cumprimento, por parte dos munícipes, dos regulamentos em vigor, resultantes da rotina de fiscalização, da necessidade de serviços internos de comunicação de ocorrências.

No período homólogo de 2018, registaram-se 1045 ações, observando-se assim um acréscimo de aproximadamente 24%. Os serviços e ações efetuadas encontram-se discriminados no gráfico abaixo indicado.

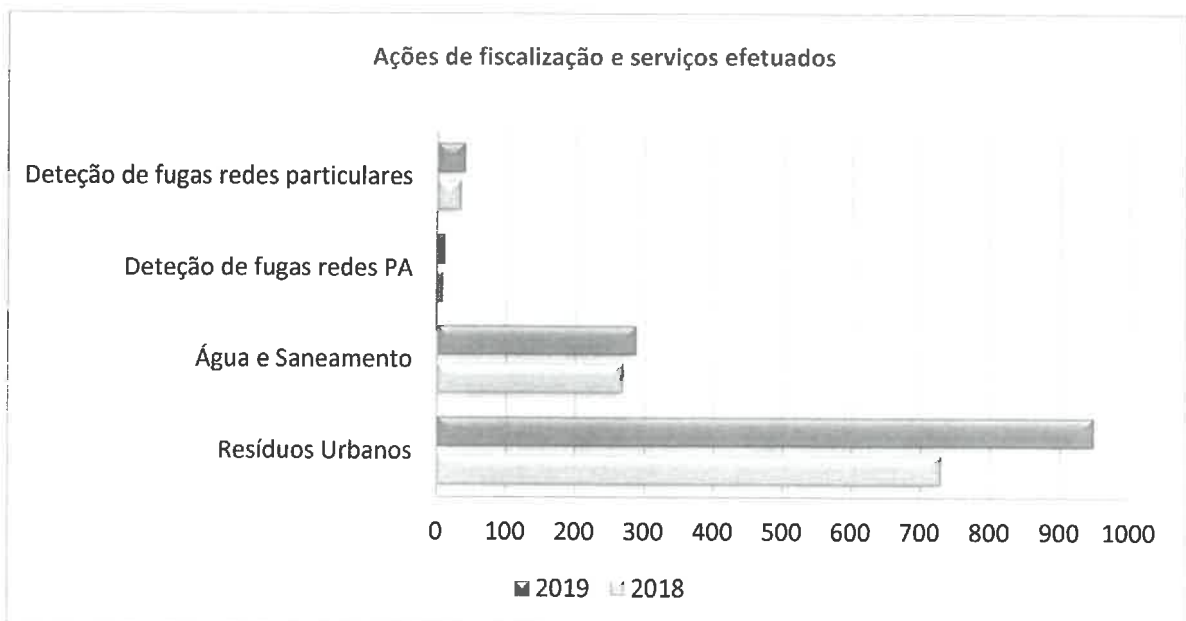


Gráfico 14. Tipificação dos serviços e ações de fiscalização executados.

O aumento verificado das ações, está diretamente relacionado com o aumento de incumprimentos na deposição de resíduos urbanos na via pública, com especial incidência no período de verão e nas imediações das unidades de alojamento local. Com base nesta situação a empresa desenvolveu uma campanha dirigida a estas unidades de alojamento, com o intuito de sensibilizar os seus gestores a empreenderem esforços para reduzir o número de incumprimentos. Foram criados panfletos com os horários e regras de deposição para fixação nas unidades de alojamento.

1.3.13 SEGURANÇA E HIGIENE NO TRABALHO

No decorrer de 2019, esta área procedeu à semelhança do ano transato e em conformidade com as normas de segurança em vigor à verificação e distribuição dos equipamentos de proteção individual para os diferentes departamentos operacionais da empresa, bem como o acompanhamento das atividades desenvolvidas em toda a empresa, entre outras atividades.

1.3.13.1 INTERVENÇÕES SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO

No âmbito da Segurança e Saúde do Trabalho, foram acompanhadas as atividades de execução de ramal/rede de águas, manutenção de espaços verdes, acompanhamento das recolhas de Resíduos Sólidos Urbanos, entre outros.

Em junho, foi realizada a manutenção dos sistemas de ar condicionada de todas as instalações da Praia Ambiente, E.M.

Em julho, em parceria com os Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória, foi realizada a manutenção de 38 extintores da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Praia, do edifício sede da Praia Ambiente, EM e das viaturas do Departamento de Gestão de Recursos Ambientais.

E, igualmente, em julho, foi efetuada a avaliação de riscos para a Estação Elevatória da Circular Interna, Santa Cruz. Após a elaboração da avaliação de riscos, foram implementadas as medidas de prevenção/proteção.

Handwritten signature in blue ink.

Durante o ano de 2019 foi efetuado o levantamento dos equipamentos de proteção individual utilizados bem como a entrega dos mesmos aos trabalhadores, para a realização da sua atividade em condições de segurança adequadas.

1.3.13.2 SINISTRALIDADE LABORAL

Em 2019, registou-se um total de 5 acidentes de trabalho, dos quais 1 ocorreu no Departamento de Gestão de Recursos Hídricos e os outros 4 no Departamento de Gestão de Resíduos Sólidos.

Quadro 15. Características dos Acidentes de Trabalho 2019

DATA	DEP.	ORIGEM	CONSEQUÊNCIA	DETALHE DA LESÃO
11/03/2019	DGRS	<i>Posturas inadequadas</i>	<i>Lombalgia</i>	<i>Costas incluindo espinha e vértebras</i>
07/08/2019	DGRS	<i>Queda em desnível</i>	<i>Entorse e traumatismo</i>	<i>Costas incluindo espinha e vértebras</i>
09/09/2019	DGRS	<i>Contato com animais</i>	<i>Entorse</i>	<i>Pé Direito</i>
23/09/2019	DGRH	<i>Piso irregular</i>	<i>Entorse</i>	<i>Pé Direito</i>
30/10/2019	DGRS	<i>Contato com objetos</i>	<i>Contusão</i>	<i>Mãos e dedos</i>

Legenda: **DGRS** Departamento de Gestão Resíduos Sólidos; **DGRH** Departamento de Gestão de Recursos Hídricos.

Comparativamente com o ano anterior, na totalidade da atividade da empresa verificou-se menos um acidente de trabalho, sendo que a redução de acidentes de trabalho verificou-se no Departamento de Gestão de Recursos Hídricos, tendo o Departamento de Gestão de Resíduos Sólidos mantido os mesmos 4 acidentes, como se pode verificar no gráfico abaixo.

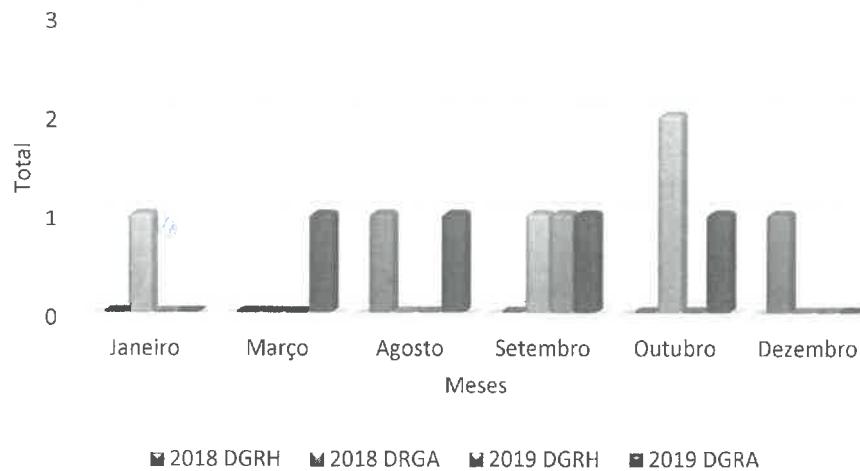


Gráfico 15. Comparação da sinistralidade laboral entre 2018-2019.

Relativamente ao número de dias de trabalho perdidos devido a acidentes de trabalho com mais de três dias foram 54 dias, conforme se pode constatar no gráfico abaixo.

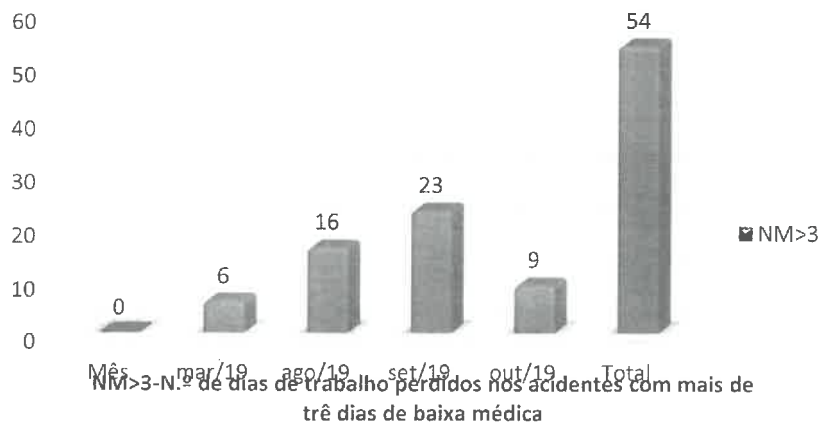


Gráfico 16. Dias Perdidos - Ano 2019.

1.3.13.3 MEDICINA DO TRABALHO

No decorrer de 2019, foi dada continuação ao processo de Medicina do Trabalho. No quadro abaixo encontra-se o número de consultas e exames complementares de diagnóstico, nomeadamente, análises clínicas, realizadas por área de serviço.



Quadro 16. Quantificação da atividade de Medicina do Trabalho.

DEPARTAMENTO	ANÁLISES CLÍNICAS	CONSULTAS
<i>Área Administrativa e Financeira</i>	4	4
<i>Área Comercial</i>	5	5
<i>Estação Tratamento de Águas Residuais</i>	1	3
<i>Gestão de Recursos Hídricos</i>	13	14
<i>Gabinete de Estudos e Gestão da Qualidade</i>	0	0
<i>Gestão de Resíduos Urbanos</i>	19	20
<i>Gabinete de Estudos, Planeamento e Fiscalização</i>	1	2
<i>Gabinete Educação Ambiental</i>	0	0
<i>Gabinete Jurídico</i>	0	0
<i>Gabinete Auditoria Interna</i>	1	1
<i>Conselho de Administração</i>	0	0

1.3.13.4 SENSIBILIZAÇÃO SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO

No decorrer de 2019, foi realizado um desdobrável informativo sobre condições de Segurança e Saúde do Trabalho, com os seguintes temas (figura 3).

Handwritten signature and initials in blue ink.

Melhorias e recomendações no Trabalho

- A cadeira de trabalho deve permitir uma posição sentada confortável, de forma a aliviar dos músculos das costas e os discos intervertebrais;
- Ajustar a altura da cadeira, sempre que seja necessário;
- Se trabalha muitas horas no computador, colocar o monitor de forma a que os seus olhos estejam dirigidos para a parte superior do ecrã, mantendo a cabeça direita;
- Ajuste o teclado de maneira que os seus punhos e mãos estejam direitos quando escreve;
- Caso use em simultâneo o telefone e o computador, use auricular para telefone;
- Utilizar uma almofada para o rato do computador, para diminuir a fricção;
- Alterar as posturas, nomeadamente:
 - Alternando a postura;
 - Alternando a posição;
 - Alternando o trabalho com ecrãs com outro trabalho administrativo.

Postura Sentado na condução de veículos

- Chegar o banco do carro para a frente de forma a conseguir manter os joelhos alinhados com as ancas;
- Sentar-se direito, com as costas bem encostadas no banco, mantendo as duas mãos no volante;

POSIÇÃO CORRETA

- Não conduzir muitas horas seguidas;
- Beber muita água.

Higiene e Segurança do Trabalho
Téc. Maria Carreira
E-mail: gsst@praiaambiente.pt

Posturas Ergonómicas

Segurança e Saúde do Trabalho

praia ambiente
Empresa Municipal

Figura 3. Desdobrável Ergonomia no Local de Trabalho.

Foi igualmente, distribuído o desdobrável sobre o Ruído – Os perigos e cuidados a ter com a audição no local de trabalho, divulgado pelo Gabinete de Segurança e Saúde no Trabalho – Inspeção Regional do Trabalho (figura 4).

Dos cinco sentidos humanos, a audição é aquele que melhor estabelece o conceito de comunicação.

Sob esta lógica, devemos preservá-la e mantê-la livre dos riscos decorrentes do quotidiano e nunca desprezar os sintomas de desconforto auditivo

O zelo pelo bem-estar do próprio trabalhador e do ambiente que o circunda, deve ser mantido como o ponto prioritário no âmbito de prevenção auditiva

A APOSTA NA PREVENÇÃO PROLONGA A QUALIDADE DA SUA AUDIÇÃO

IRT
Gabinete de Segurança e Saúde no Trabalho
Rua Dr. José Maria Taveira, 1000
1000-109 Lisboa
Contacto: 218 458 800
E-mail: gsst@praiaambiente.pt

RUÍDO

OS PERIGOS E CUIDADOS A TER COM A AUDIÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO

Figura 4. Ruído divulgado pelo Gabinete de Segurança e Saúde no Trabalho.


RD
M

1.4 INDICADORES DE DESEMPENHO

No âmbito do Contrato de Gestão Delegada celebrado entre o Município da Praia da Vitória e a Praia Ambiente, E.M. foram definidos objetivos estratégicos integrados nos objetivos definidos para o setor, materializados em indicadores de cobertura e de qualidade de serviço, de desempenho ambiental, de produtividade e de eficiência de gestão.

Os indicadores a monitorizar foram definidos tendo por base o sistema de indicadores de qualidade do serviço utilizado pela Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) para Portugal continental, uma vez que a ERSARA, a data da celebração do contrato de gestão delegada, ainda não havia definido para a região os indicadores da qualidade de serviço.

Em sede da primeira revisão quinquenal do contrato de gestão delegada, relativo ao período 2021-2025, será tido em conta os indicadores da qualidade de serviços definidos pela ERSARA.

No quadro abaixo são apresentados os resultados obtidos relativamente ao período em análise e as metas a atingir em 2020. Pode verificar-se que comparativamente a 2018, melhorámos nos seguintes indicadores qualidade da água fornecida, capacidade da reserva de água tratada, rácio de cobertura dos custos operacionais dos serviços de saneamento de águas residuais urbanas avarias em condutas e reciclagem. O indicador ocorrência de inundações e rácio de cobertura dos custos operacionais dos serviços de gestão de resíduos foram os indicadores que apresentaram um desempenho inferior ao ano anterior.



Quadro 17. Objetivos estratégicos da Praia Ambiente, E.M. para o quinquénio 2016-2020.

Objetivos Sectoriais	Valor Atingido 2018	Valor Atingido 2019	Valor Referência
SERVIÇO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA			
Defesa dos interesses dos utilizadores			
Acessibilidade de serviço aos utilizadores			
Cobertura do serviço (%)	100%	100%	100%
Qualidade do serviço prestado aos utilizadores			
Análises de água realizadas (%)	100%	100%	[98-100%]
Qualidade da água fornecida (%)	98,5%	99,57%	[95-100%]
Sustentabilidade da entidade gestora			
Sustentabilidade económico-financeira da entidade gestora			
Rácio de cobertura dos custos operacionais (-)	1,87	1,76	>0,9
Sustentabilidade infraestrutural da entidade gestora			
Cumprimento do licenciamento das captações de água (%)	100%	100%	[90-100%]
Capacidade da reserva de água tratada (dias)	1,99	1,99	[0,8-1,2]
Sustentabilidade operacional da entidade gestora			
Avarias em condutas (n.º/(100 km.ano)	16,13	14,39	[0-30]
SERVIÇO DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS			
Defesa dos interesses dos utilizadores			
Acessibilidade de serviço aos utilizadores			
Cobertura do serviço (%)	100%	100%	100%
Qualidade do serviço prestado aos utilizadores			
Ocorrência de inundações (n.º prop./100 km coletor/ano)	4,82	7,46	[0-0,5]
Sustentabilidade da entidade gestora			
Sustentabilidade económico-financeira da entidade gestora			
Rácio de cobertura dos custos operacionais (-)	1,06	1,15	>1,50
Sustentabilidade infraestrutural da entidade gestora			
Utilização das estações de tratamento (%)	70%	70%	[70-90]
Tratamento de águas residuais recolhidas (%)	100%	100%	[90-100]
Sustentabilidade ambiental			
Análises de águas residuais realizadas (%)	100 %	100 %	100%
Cumprimento dos parâmetros de descarga (%)	100 %	100 %	[80-100]
Destino final de lamas do tratamento (%)	100 %	100 %	100%
SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS			
Defesa dos interesses dos utilizadores			
Acessibilidade de serviço aos utilizadores			
Cobertura do serviço (%)	100 %	100 %	100%
Qualidade do serviço prestado aos utilizadores			
Resposta a reclamações escritas (%)	100 %	100 %	[90-100]
Sustentabilidade da entidade gestora			
Sustentabilidade económico-financeira da entidade gestora			
Rácio de cobertura dos custos operacionais	1,09	0,97	>1,00
Sustentabilidade infraestrutural da entidade gestora			
Reciclagem (%)	17,04%	17,30%	50%



2 DESEMPENHO FINANCEIRO

Neste capítulo apresenta-se a análise Económica e Financeira da empresa no ano 2019, bem como a comparação com o ano 2018.

2.1 ANÁLISE ECONÓMICA

2.1.1 GANHOS

A 31 de Dezembro de 2019 os Ganhos Totais da Praia Ambiente, EM, ascenderam a **3 619 094 EUR** e registaram um acréscimo de **0,4%** face ao período homólogo, tendo como principal causa o ligeiro crescimento do volume de negócios.

Quadro 18. Evolução dos ganhos totais (EUR).

Rendimentos	2018	2019
Vendas e Serviços Prestados	3 425 367,29 €	3 435 066,96 €
Subsídios à Exploração	83 552,64 €	70 997,04 €
Imparidade de Dividas a Receber		12 378,16 €
Outros Rendimentos e Ganhos	94 941,41 €	100 519,87 €
Aumentos/reduções justo valor	182,03 €	131,99 €
Total	3 604 043,37 €	3 619 094,02 €

O volume de negócios atingiu os **3 435 067 EUR**, aumentando em **0,3%** por referência ao mesmo período de 2018.

De salientar que a atividade da Praia Ambiente, E.M. nos últimos dois anos caracterizou-se, fundamentalmente, pela prestação dos seguintes serviços:

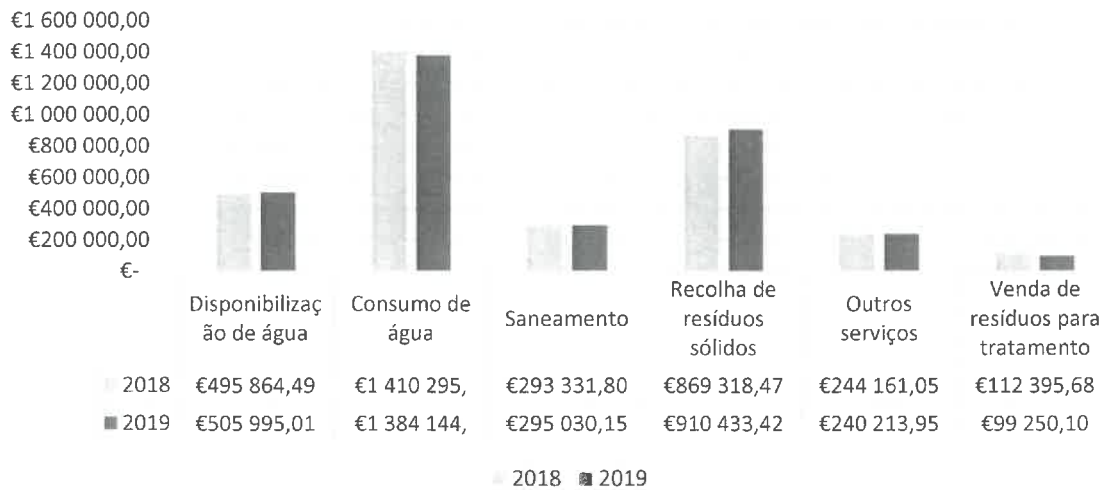


Gráfico 17. Evolução da prestação de Serviços.

Verificaram-se acréscimos nas rubricas “Disponibilização de Água”, “Recolha de Resíduos Sólidos” e “Saneamento” de **2,0%**, **4,7%** e **0,6%** respetivamente. Por outro lado, as rubricas “Consumo de água”, “Outros serviços” e “Venda de Resíduos para Tratamento” tiveram respetivamente diminuições de **1,9%**, **1,6%** e **11,7%**.

2.1.2 GASTOS

A 31 de Dezembro de 2019 os Gastos Totais, no montante de **3 607 460 EUR**, apresentaram a seguinte estrutura:

Quadro 19. Evolução dos gastos totais (EUR).

Custos	2018	2019
Custo das mercadorias vendidas	18 307,10 €	18 650,66 €
Fornecimentos e serviços externos	1 227 251,94 €	1 173 971,56 €
Custos com pessoal	1 457 905,79 €	1 575 595,63 €
Imparidade de dívidas a receber	5 031,17 €	- €
Outros gastos e perdas	33 962,27 €	26 195,86 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	640 639,90 €	642 172,73 €
Juros e gastos similares suportados	162 554,89 €	170 873,59 €
Total	3 545 653,06 €	3 607 460,03 €







O aumento dos Gastos, em **1,7%** face ao mesmo período de 2018, é essencialmente suportado no aumento dos Custos com Pessoal **(+8,1%)**, em resultado da aplicação do novo Acordo de Trabalho da Empresa, que veio trazer um conjunto significativo de benefícios aos colaboradores, nomeadamente ao nível das remunerações.

Na estrutura de gastos da Praia Ambiente, E.M., assume particular relevo a rubrica Fornecimentos e Serviços Externos, com um peso de **34,2%** relativamente ao volume de negócios, e que em 2019 apresentam uma redução de **4,3%** face ao período homólogo:

Quadro 20. Evolução dos Fornecimentos e Serviços Externos (EUR).

Fornecimentos e Serviços Externos	2018	2019
Subcontratos - Aterro	200 785,34 €	213 724,03 €
Serviços especializados	155 327,69 €	183 637,41 €
Publicidade e propaganda	2 822,83 €	3 130,77 €
Vigilância e Segurança		396,15 €
Honorários	7 457,12 €	7 367,75 €
Comissões	3 164,46 €	3 033,99 €
Conservação e reparação equip. básico	154 801,95 €	133 953,76 €
Serviços bancários	24 360,04 €	27 241,29 €
Ferramentas e utensílios	172 843,89 €	117 577,14 €
Material de escritório	24 044,50 €	6 420,57 €
Artigos para oferta	1 674,90 €	1 759,15 €
Electricidade	228 646,50 €	223 126,55 €
Combustíveis - gasóleo	123 444,58 €	122 711,38 €
Combustíveis - gasolina	5 215,34 €	3 510,16 €
Óleos e lubrificantes	3 822,76 €	7 599,68 €
Produtos Limpeza veículos	4 470,88 €	5 997,14 €
Produtos tratamento águas	2 905,10 €	4 366,56 €
Deslocações e estadas	7 205,59 €	6 291,26 €
Transportes de mercadorias	2 664,98 €	1 512,86 €
Aluguer de máquinas	6 981,23 €	2 980,02 €
Comunicação - despesas postais	69 735,20 €	68 948,29 €
Comunicação - telefones	4 424,32 €	5 825,63 €
Comunicação - telemóveis	5 119,48 €	5 556,17 €
Seguros - ramo incêndio	3 380,27 €	4 149,66 €
Seguros - viaturas	5 668,70 €	5 763,62 €
Contecioso e notariado	4 715,99 €	3 861,13 €
Despesas de representação		1 637,43 €
Limpeza higiene e conforto	1 568,30 €	1 892,01 €
Total	1 227 251,94 €	1 173 971,56 €

2.1.3 RESULTADOS

O Resultado Líquido de 2019 cifra-se em **8 976 EUR** positivos, fruto da diminuição dos Resultados Operacionais, a qual foi impulsionada essencialmente pelo aumento dos Custos com Pessoal. O Resultado antes de impostos é influenciada pela rubrica de Juros e Gastos Similares Suportados, que apresenta um aumento de **5,1%** relativamente ao ano anterior, resultante da contração de um empréstimo de médio e longo prazo.

Quadro 21. Evolução da Demonstração de Resultados (EUR).

Demonstração de Resultados	2018	2019
Vendas e serviços prestados	3 425 367,29 €	3 435 066,96 €
Subsídios à Exploração	83 552,64 €	70 997,04 €
Custo das mercadorias vendidas	- 18 307,10 €	- 18 650,66 €
Fornecimentos e serviços externos	- 1 227 251,94 €	- 1 173 971,56 €
Custos com pessoal	- 1 457 905,79 €	- 1 575 595,63 €
Imparidade de dívidas a receber	- 5 031,17 €	12 378,16 €
Aumentos/reduções justo valor	182,03 €	131,99 €
Outros rendimentos e ganhos	94 941,41 €	100 519,87 €
Outros gastos e perdas	- 33 962,27 €	- 26 195,86 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	861 585,10 €	824 680,31 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	- 640 639,90 €	- 642 172,73 €
Resultado Operacional	220 945,20 €	182 507,58 €
Juros e gastos similares suportados	- 162 554,89 €	- 170 873,59 €
Resultado antes de impostos	58 390,31 €	11 633,99 €
Imposto sobre o rendimento do período	- 11 918,77 €	- 2 657,27 €
Resultado líquido do período	46 471,54 €	8 976,72 €



2.1.4 MARGEM OPERACIONAL

A 31 de Dezembro de 2019, O EBITDA (Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos) da Praia Ambiente, E.M. situou-se nos **824 680 EUR**.

Quadro 22. Evolução da Margem Operacional (EUR).

Indicador	2018	2019
EBITDA	861 585,10 €	824 680,31 €
EBIT	220 945,20 €	182 507,58 €
Volume de negócios	3 425 367,29 €	3 435 066,96 €
Margem EBITDA (%)	25%	24%
Margem EBIT (%)	6%	5%

O EBITDA registou um decréscimo face ao período homólogo **(-4,3%)** reflexo do aumento dos custos com pessoal. No entanto, a margem EBITDA situa-se nos **24%**, praticamente idêntica à do ano anterior.

O EBIT (Resultado antes de gastos de financiamento e impostos) registou um resultado positivo de **182 507 EUR**. Os rendimentos operacionais suportam os gastos operacionais sendo que a margem EBIT se situa nos **5%**.

2.2 ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A 31 de Dezembro de 2019, o ativo da Praia Ambiente, E.M., atingiu o montante de **10 868 797 EUR** e o capital próprio e o passivo eram de **4 191 785 EUR** e **6 677 011 EUR**, respetivamente.

Quadro 23. Evolução do Balanço (EUR).

Balanço	2018	2019
Ativos fixos tangíveis	6 667 316,71 €	9 283 114,92 €
Ativos intangíveis	- €	731,25 €
Outros Investimentos financeiros	2 912,34 €	3 728,78 €
Ativos por impostos diferidos	3 401,86 €	3 401,86 €
Total do activo não corrente	6 673 630,91 €	9 290 976,81 €
Inventários	34 518,65 €	40 314,06 €
Clientes	443 995,51 €	318 374,56 €
Estados e outros entes públicos	33 412,40 €	51 726,73 €
Outras contas a receber	200 000,00 €	1 074 886,16 €
Diferimentos	- €	3 497,74 €
Caixa e depósitos bancários	423 521,96 €	89 021,07 €
Total do activo corrente	1 135 448,52 €	1 577 820,32 €
Total do activo	7 809 079,43 €	10 868 797,13 €
Capital realizado	1 878 348,22 €	1 878 348,22 €
Reservas legais	12 523,01 €	14 846,59 €
Outras reservas	5 814,81 €	5 814,81 €
Resultados transitados	165 322,00 €	209 469,96 €
Outras variações no capital próprio	935 983,42 €	2 074 329,17 €
Resultado líquido do período	46 471,54 €	8 976,72 €
Total do capital próprio	3 044 463,00 €	4 191 785,47 €
Financiamentos obtidos	3 455 840,19 €	4 910 640,69 €
Total do passivo não corrente	3 455 840,19 €	4 910 640,69 €
Fornecedores	329 965,07 €	388 943,10 €
Estados e outros entes públicos	32 485,42 €	41 794,15 €
Financiamentos obtidos	561 754,04 €	663 777,41 €
Outras contas a pagar	374 488,04 €	671 856,31 €
Diferimentos	10 083,67 €	- €
Total do passivo corrente	1 308 776,24 €	1 766 370,97 €
Total do passivo	4 764 616,43 €	6 677 011,66 €
Total do capital próprio e passivo	7 809 079,43 €	10 868 797,13 €

O ativo não corrente registou em 2019 um aumento de **39,2%**, resultado dos investimentos realizados nesse ano. Os ativos correntes variam **38,9%** contribuindo positivamente o aumento das "Outras contas a receber" (**+437,4%**), relacionada com o financiamento comunitário a receber das candidaturas aprovadas no âmbito do PO Açores 2020.



O Capital Próprio aumenta **37,7%** essencialmente por via do reconhecimento da comparticipação comunitária da candidatura a decorrer “Adução e Abastecimento de água a Santa Rita/Juncal no Concelho da Praia da Vitória”.

As variações ocorridas quer no Passivo não corrente quer no Passivo corrente, em **+42,1%** e **+35,0%** respetivamente, justificam-se pela contratação de um empréstimo de médio e longo prazo no valor de € 2.100.000,00 EUR para fazer face aos importantes investimentos realizados no decorrer do ano 2019.

2.2.1 INDICADORES FINANCEIROS

Os principais rácios financeiros da empresa, espelhados no quadro seguinte, apresentam estruturalmente uma robustez idêntica à do ano 2018:

Quadro 24. Evolução dos Indicadores Financeiros.

Indicadores Financeiros	2018	2019
Liquidez geral	0,87	0,89
Solvabilidade	0,64	0,63
Autonomia financeira	39%	39%
Endividamento	61%	61%

Em 2019 a Autonomia Financeira da empresa foi de **39%** tendo registado uma variação nula face a 2018.

O rácio da Solvabilidade da empresa passou de **64%** para **63%**, o que é visível com o aumento do endividamento.

O indicador Liquidez Geral evoluiu positivamente registando um aumento de **0,87** para **0,89**.



2.3 EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA

Prevê-se que a Praia Ambiente, E.M. mantenha o seu nível de atividade em 2020, continuando a prestar serviços de qualidade com uma crescente preocupação social e ambiental, assegurando simultaneamente a sua sustentabilidade económica e financeira. No entanto, o funcionamento e os resultados da empresa serão certamente afetados pelos constrangimentos sociais e económicos provocados pelo evoluir da pandemia do COVID19.

Perspetiva-se, para 2020, o início da implementação do sistema de gestão integrado da qualidade, ambiente e segurança que visa garantir a qualidade do serviço e a satisfação dos clientes, a redução e a otimização dos custos, a melhoria das práticas ao nível ambiental, salvaguardando a segurança e a saúde dos trabalhadores, envolvendo os seus colaboradores na sua prossecução, com vista à melhoria contínua.

O ano de 2020 ficará certamente marcado pela finalização da empreitada de Execução do Projeto de Adução e Abastecimento de Água a Santa Rita/Juncal, e pela adjudicação da Empreitada de Execução do projeto de Adução e Abastecimento de Água ao Terceira *Tech Island*.

No âmbito da relação com o cliente, além do reforço das campanhas de sensibilização e educação ambiental junto da população escolar e população em geral, será lançada uma campanha de promoção de adesão à fatura eletrónica.

Na área da comunicação e da educação ambiental, serão realizados projetos e ações que visam o cumprimento das metas estabelecidas pela empresa e as imposições legais, as quais passam pela aposta na redução de resíduos enviados para aterro/inceneração, na melhoria da recolha seletiva de resíduos, quer em termos quantitativos quer qualitativos.

No plano de valorização profissional dos colaboradores, serão asseguradas ações de formação nas diferentes áreas de atividade.

2.4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 11º dos Estatutos da Praia Ambiente E.M., o Conselho de Administração submete o Relatório e Contas do exercício de 2019 à Assembleia Geral, propondo a aplicação do Resultado Líquido positivo realizado no Exercício de 2019 de 8.976,72 € da seguinte forma:

- a) Para Reforço Reserva Legal = 448,84 €
- b) Para Resultados Transitados = 8.527,88 €

Praia da Vitória, 4 de março de 2020,

O Conselho de Administração



Tiago Lúcio Borges de Meneses Ormonde

Presidente



Rui Duarte Gonçalves Luis

Administrador Executivo



Raquel Lemos Borges

Administradora não Executiva

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS


As demonstrações financeiras da Praia Ambiente, E.M. são compostas pelos seguintes documentos:

- Balanço;
- Demonstração de Resultados por Natureza;
- Demonstração de alteração do capital próprio;
- Demonstração de Fluxos de Caixa.

Os documentos mencionados foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e apresentam a posição financeira da empresa a 31 de dezembro de 2019.

O Contabilista Certificado,

Cesário Meneses


CC Nº 82359

O Conselho de Administração



Tiago Lúcio Borges de Meneses Ormonde

Presidente



Rui Duarte Gonçalves Luis

Administrador Executivo



Raquel Lemos Borges

Administradora não Executiva

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 dezembro 2019	31 dezembro 2018
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	7	9 283 114,92	6 667 316,71
Ativos intangíveis	6	731,25	0,00
Outros investimentos financeiros	10	3 728,78	2 912,34
Ativos por impostos diferidos	10	3 401,86	3 401,86
Total do ativo não corrente		9 290 976,81	6 673 630,91
ACTIVO CORRENTE:			
Inventários	9	40 314,06	34 518,65
Clientes	10	318 374,56	443 995,51
Estado e outros entes públicos	15	51 726,73	33 412,40
Outros créditos a receber	10	1 074 886,16	200 000,00
Diferimentos	11	3 497,74	0,00
Caixa e depósitos bancários	5	89 021,07	423 521,96
Total do ativo corrente		1 577 820,32	1 135 448,52
Total do ativo		10 868 797,13	7 809 079,43
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	12	1 878 348,22	1 878 348,22
Reservas legais	12	14 846,59	12 523,01
Outras reservas	12	5 814,81	5 814,81
Resultados transitados	12	209 469,96	165 322,00
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	12	2 074 329,17	935 983,42
		4 182 808,75	2 997 991,46
Resultado líquido do período	12	8 976,72	46 471,54
Total do capital próprio		4 191 785,47	3 044 463,00
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	13	4 910 640,69	3 455 840,19
Total do passivo não corrente		4 910 640,69	3 455 840,19
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	13	388 943,10	329 965,07
Estado e outros entes públicos	15	41 794,15	32 485,42
Financiamentos obtidos	13	663 777,41	561 754,04
Outras dívidas a pagar	14	671 856,31	374 488,04
Diferimentos	11	0,00	10 083,67
Total do passivo corrente		1 766 370,97	1 308 776,24
Total do passivo		6 677 011,66	4 764 616,43
Total do capital próprio e do passivo		10 868 797,13	7 809 079,43

O anexo faz parte integrante deste balanço.


Praia da Vitória, 4 de março de 2020

O Contabilista Certificado



CC Nº 82359

O Conselho de Administração



**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**


(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 dezembro 2019	31 dezembro 2018
Vendas e serviços prestados	16	3 435 066,96	3 425 367,29
Subsídios à exploração	16	70 997,04	83 552,64
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-18 650,66	-18 307,10
Fornecimentos e serviços externos	17	-1 173 971,56	-1 227 251,94
Gastos com o pessoal	18	-1 575 595,63	-1 457 905,79
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	10	12 378,16	-5 031,17
Aumentos/reduções justo valor	10; 16	131,99	182,03
Outros rendimentos	16	100 519,87	94 941,41
Outros gastos	20	-26 195,86	-33 962,27
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		824 680,31	861 585,10
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	19	-642 172,73	-640 639,90
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		182 507,58	220 945,20
Juros e gastos similares suportados	21	-170 873,59	-162 554,89
Resultado antes de impostos		11 633,99	58 390,31
Imposto sobre o rendimento do período	8	-2 657,27	-11 918,77
Resultado líquido do período		8 976,72	46 471,54

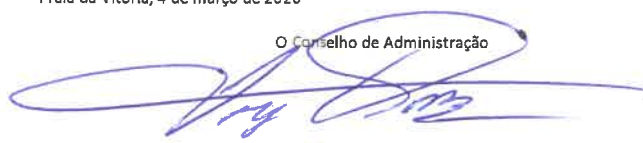
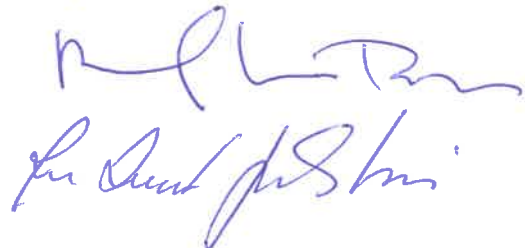
O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por naturezas

Praia da Vitória, 4 de março de 2020

O Contabilista Certificado


CC Nº 81353

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2018

(Montantes expressos em euros)

Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
12	1 878 348,22	10 044,51	5 814,81	1,18 230,43	795 055,93	48 570,07	2 857 063,97
Alterações no período:							
12	0,00	0,00	0,00	0,00	232 627,74	0,00	232 627,74
12	0,00	2 478,50	0,00	47 091,57	-91 700,25	-34 305,00	-76 435,18
	0,00	2 478,50	0,00	47 091,57	140 927,49	-34 305,00	156 192,56
12						46 471,54	46 471,54
Resultado líquido do período							
Resultado integral							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações com detentores de capital no período							
Realizações de capital							
	1 878 348,22	12 523,01	5 814,81	165 322,00	935 985,42	46 471,54	3 044 463,00
Posição no fim do período 2018							

NO PERÍODO 2019

(Montantes expressos em euros)

Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
12	1 878 348,22	12 523,01	5 814,81	165 322,00	935 985,42	46 471,54	3 044 463,00
Alterações no período:							
12	0,00	0,00	0,00	0,00	1 549 563,08	0,00	1 549 563,08
12	0,00	2 323,58	0,00	44 147,96	-411 217,33	-49 570,07	-418 315,86
	0,00	2 323,58	0,00	44 147,96	1 138 345,75	-49 570,07	1 135 247,22
12						8 976,72	8 976,72
Resultado líquido do período							
Resultado integral							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações com detentores de capital no período							
Realizações de capital							
	1 878 348,22	14 846,59	5 814,81	208 469,96	2 074 239,17	8 976,72	4 191 785,47
Posição no fim do período 2019							

Praia da Vitória, 4 de março de 2020

O Contabilista Certificado

O Coordenador de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019


(Montantes expressos em euros)

	31/12/2019	31/12/2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	3 519 891,82	3 498 781,78
Pagamentos a fornecedores	-1 470 630,08	-1 278 686,26
Pagamentos ao pessoal	-1 050 898,81	-979 024,49
Caixa gerada pelas operações	998 362,93	1 241 071,03
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	-1 548,29	-4 112,27
Outros recebimentos / pagamentos	-93 693,01	-768 390,45
Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]	903 121,63	468 568,31
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-2 849 701,73	-13 070,54
Outros ativos	0,00	0,00
	-2 849 701,73	-13 070,54
Recebimentos provenientes de:		
Subsídios ao investimento	249 529,70	
Juros e rendimentos similares	0,00	894,44
Dividendos	249 529,70	894,44
Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]	-2 600 172,03	-12 176,10
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	2 375 000,00	150 000,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
	2 375 000,00	150 000,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-841 578,90	-554 107,84
Juros e gastos similares	-170 871,59	-162 540,02
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
	-1 012 450,49	-716 647,86
Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3]	1 362 549,51	-566 647,86
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	-334 500,89	-110 255,65
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	423 521,96	533 777,61
Caixa e seus equivalentes no fim do período	89 021,07	423 521,96


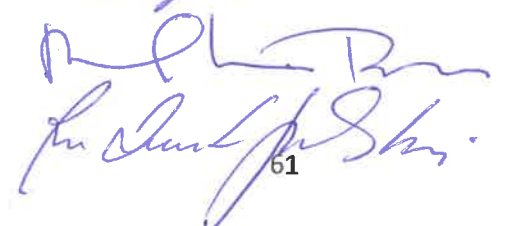
O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa.

Praia da Vitória, 4 de março de 2020

O Contabista Certificado


CC Nº 82359

O Conselho de Administração

III ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DEZEMBRO 2019

(Montantes expressos em euros)

Este documento contém as divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF) que compõem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em referência ao ano de 2019.

ÍNDICE DO ANEXO:

1. Identificação da entidade
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
3. Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória
4. Principais políticas contabilísticas
5. Fluxos de caixa
6. Ativos intangíveis
7. Ativos fixos tangíveis
8. Impostos sobre o rendimento
9. Inventários
10. Ativos financeiros
11. Diferimentos
12. Instrumentos de capital próprio
13. Passivos financeiros
14. Outras dívidas a pagar
15. Estado e outros entes públicos
16. Rédito
17. Fornecimentos e serviços externos
18. Gastos com pessoal
19. Depreciações
20. Outros gastos
21. Juros e outros gastos similares
22. Partes relacionadas
23. Divulgações exigidas por diplomas legais
24. Outras informações
25. Divulgações adicionais
26. Matérias ambientais
27. Acontecimentos após a data do balanço

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Praia Ambiente, E. M. (“Empresa” ou “Sociedade”) é uma empresa municipal que tem como principal objeto social a captação, tratamento e distribuição de água e ainda a limpeza pública do concelho da Praia da Vitória. Foi constituída em 9 de Outubro de 2006 e tem a sua sede social na Rua do Evangelho, nº. 1, 9760-456 Praia da Vitória.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto, Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho;

- . Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- . Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- . Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- . Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

Estas demonstrações financeiras refletem as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos

particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Empresa se encontre envolvida.

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

3 ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

Até 31 de Dezembro de 2009, a Empresa elaborou, aprovou e publicou, para efeito do cumprimento da legislação comercial vigente, demonstrações financeiras de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal até àquela data, vertidos no Plano Oficial de Contabilidade, Diretrizes Contabilísticas e demais legislação complementar, os quais foram revogados pelos diplomas acima indicados.

O balanço em 31 de Dezembro de 2009 e as demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações do capital próprio, bem como as respetivas notas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, apresentadas para efeitos comparativos, foram ajustados em conformidade com as NCRF. Os ajustamentos efetuados com efeito a 1 de Janeiro de 2009, data de transição, foram efetuados de acordo com as disposições da NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro.

O efeito dos ajustamentos relacionados com a adoção das NCRF, reportado a 1 de Janeiro de 2009, foi registado em resultados transitados, conforme estabelecido na NCRF 3.

4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

4.1 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

4.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer. Ao custo de aquisição ou produção são deduzidas as depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Bem	Anos
Terrenos e recursos naturais	–
Edifícios e outras construções	8 - 40
Equipamento básico	3 - 20
Equipamento de transporte	4 - 10
Equipamento administrativo	3 - 16
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 16

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

4.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de depreciação dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

4.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de



determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

4.5 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício das várias entidades incluídas no perímetro de consolidação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato

é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Empresa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

4.6 Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa é o custo médio.

4.7 Política contabilística para subsídios do governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam disponíveis.

4.8 Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4.9 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com os serviços prestados.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

4.10 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

4.11 Uso de estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4.12 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em dezembro de 2019 e em dezembro de 2018 detalha-se conforme se segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Numerário	4 231,33	3 901,38
Depósitos bancários	84 789,74	419 620,58
	89 021,07	423 521,96

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício de 2019 o movimento ocorrido nos ativos fixos intangíveis foi de 750,00€ relativos a um direito de superfície de um terreno que será depreciado à taxa de 10%.

7 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em dezembro de 2019 e em dezembro de 2018 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

		31-12-2019							
		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos									
Saldo inicial		366 152,88	7 944 529,78	2 276 176,13	180 471,93	123 272,99	57 292,86		10 947 896,57
Aquisições		452 164,00	1 838 150,36	158 340,54				809 297,29	3 257 952,19
Alienações									
Transferências e abates									
Revalorizações (Nota __)									
Outras variações									
Saldo final		818 316,88	9 782 680,14	2 434 516,67	180 471,93	123 272,99	57 292,86	809 297,29	14 205 848,76
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade									
Saldo inicial			1 991 460,94	1 980 368,75	151 502,31	113 508,21	43 739,65		4 280 579,86
Depreciações do exercício			503 790,76	118 966,52	9 656,55	5 393,09	4 347,06		642 153,98
Perdas por imparidade do exercício									
Reversões de perdas por imparidade									
Alienações									
Transferências e abates									
Outras variações									
Saldo final			2 495 251,70	2 099 335,27	161 158,86	118 901,30	48 086,71		4 922 733,84
Activos líquidos		818 316,88	7 287 428,44	335 181,40	19 313,07	4 371,69	9 206,15	809 297,29	9 283 114,92

		31-12-2018							
		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos									
Saldo inicial		237.152,88	7.794.529,78	2.334.882,00	168.495,18	123.272,99	57.292,86		10.715.625,69
Aquisições		129.000,00	150.000,00	12.118,80	11.976,75				303.095,55
Alienações									
Transferências e abates				-70.824,67					-70.824,67
Revalorizações									
Outras variações									
Saldo final		366.152,88	7.944.529,78	2.276.176,13	180.471,93	123.272,99	57.292,86		10.947.896,57
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade									
Saldo inicial			1.487.525,87	1.936.902,40	139.783,00	107.081,06	39.216,97		3.710.509,30
Depreciações do exercício			503.935,07	43.466,35	11.719,31	6.427,15	4.522,68		570.070,56
Perdas por imparidade do exercício									
Reversões de perdas por imparidade									
Alienações									
Transferências e abates									
Outras variações									
Saldo final			1.991.460,94	1.980.368,75	151.502,31	113.508,21	43.739,65		4.280.579,86
Activos líquidos		366.152,88	5.953.068,84	295.807,38	28.969,62	9.764,78	13.553,21		6.667.316,71

8 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2015 a 2019 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o gasto com imposto sobre o rendimento em dezembro de 2019 e em dezembro de 2018 é detalhado conforme se segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Resultado antes de impostos	11 633,99	58 390,31
Diferenças permanentes:		
Insuficiencia (excesso) estimativa imposto		
Multas e coimas	76,86	12,55
Menos-valias contabilísticas		
Gastos exercícios anteriores	9,60	
Outros gastos não aceites		
Menos-valias fiscais		
Diferenças temporárias:		
Ajustamentos de transição		
Lucro tributável	<u>11 720,45</u>	<u>58 402,86</u>
Colecta sujeita à taxa de 13,60%		
Colecta sujeita à taxa de 16,80%	1 969,04	9 811,68
Pagamento Especial por Conta	0,00	0,00
Derrama	175,81	876,04
Tributações autónomas	512,43	1 231,05
Ajustamentos relativos imposto períodos anterior		
Imposto diferido		
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>2 657,27</u>	<u>11 918,77</u>
Taxa efectiva	23%	20%

9 INVENTÁRIOS

Em dezembro de 2019 e em dezembro de 2018, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Contadores	8 849,44	8 742,30
Material diverso	31 464,62	25 776,35
	<u>40 314,06</u>	<u>34 518,65</u>

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em dezembro de 2019 e de dezembro de 2018 é detalhado conforme se segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
	<u>MP, subsid.</u>	<u>MP, subsid.</u>
	<u>consumo</u>	<u>consumo</u>
Saldo inicial	34 518,65	19 251,14
Compras	43 065,85	47 261,70
Regularizações	-18 619,78	-13 687,09
Saldo final	<u>-40 314,06</u>	<u>-34 518,65</u>
Custo das merc. Vendidas e das mat. Consumidas	<u>18 650,66</u>	<u>18 307,10</u>

10 ATIVOS FINANCEIROS

A rubrica **Outros investimentos financeiros** reflete o valor acumulado de 3.728,78€ aplicados no Fundo de Compensação do Trabalho (FCT).

O FCT é um fundo de capitalização individual, que visa garantir o pagamento até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos definidos para a compensação por despedimento coletivo, e que responde até ao limite dos montantes entregues pelo empregador e eventual valorização positiva.

A rubrica **Ativos por impostos diferidos** reflete o valor acumulado de 3.401,86€ que é a quantia de imposto sobre o rendimento recuperável em períodos futuros respeitantes a reporte de perdas fiscais não utilizadas.

Cientes e outros créditos a receber

Em dezembro de 2019 e em dezembro de 2018 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Correntes:						
Cientes	<u>416 711,40</u>	<u>98 336,84</u>	<u>318 374,56</u>	<u>554 710,51</u>	<u>110 715,00</u>	<u>443 995,51</u>
Outros créditos a receber	<u>1 074 886,16</u>	<u>0,00</u>	<u>1 074 886,16</u>	<u>200 000,00</u>	<u>0,00</u>	<u>200 000,00</u>
Devedores por acréscimos de rendimentos	11 635,61	0,00	11 635,61	0,00	0,00	0,00
Devedores diversos	<u>1 063 250,55</u>	<u>0,00</u>	<u>1 063 250,55</u>	<u>200 000,00</u>	<u>0,00</u>	<u>200 000,00</u>
	<u>1 491 597,56</u>	<u>98 336,84</u>	<u>1 393 260,72</u>	<u>754 710,51</u>	<u>110 715,00</u>	<u>643 995,51</u>

Dos 98.336,84€ de imparidade acumulada, constam 12.378,16€ de reversões de imparidade em dívidas a receber de clientes neste ano.

11 DIFERIMENTOS

O valor de 3.497,74€ no Ativo representa o montante gasto em seguros que se verificaram neste período, e que dizem respeito ao período subsequente.

12 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em dezembro de 2019 o capital subscrito é detido pelo seguinte *acionista*:

Câmara Municipal da Praia da Vitória no valor de 1.878.348,22€

No decurso do exercício de 2019, o resultado líquido do exercício de 2018 foi aplicado da seguinte forma:

<u>Aplicação de resultados</u>	
Reserva legal	2 323,58
Resultados transitados	<u>44 147,96</u>
	<u>46 471,54</u>

Reserva legal: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

O valor de 5.814,81€ em **outras reservas** representa reservas livres criadas em 2009 por decisão do Conselho de Administração para aplicação dos resultados de 2008.

O valor de 209.469,96€ em **resultados transitados** representa o acumulado dos resultados líquidos de reservas.

O valor de 2.074.329,17€ em **ajustamentos/outras variações no capital próprio** representa subsídios ao investimento participados por fundos comunitários.

13 PASSIVOS FINANCEIROS

13.1 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em dezembro de 2019 e em dezembro de 2018 são detalhados conforme se segue:

Entidade financiadora	31/12/2019			31/12/2018			Vencimento
	Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado		
		Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente	
SANTANDER	1 500 000,00	84 636,36	550 137,16	1 500 000,00	84 636,48	634 773,52	2027
NB	250 000,00	24 395,84	88 349,32	250 000,00	22 570,98	112 745,16	2024
SANTANDER	725 000,00	39 447,96	418 440,41	725 000,00	37 973,66	460 097,41	2030
CCAM	856 802,60	95 517,70	253 650,54	856 802,60	90 799,72	341 622,74	2023
BPG	1 000 000,00	86 956,56	434 782,36	1 000 000,00	86 956,56	521 738,92	2025
CEMAH	200 000,00	12 542,42	134 850,59	200 000,00	12 221,02	147 467,33	2030
NB	800 000,00	58 640,34	518 672,05	800 000,00	128 636,38	486 529,84	2023
BPG	800 000,00	97 959,24	481 632,47	800 000,00	97 959,24	579 591,71	2025
SANTANDER	150 000,00	29 801,38	85 726,57				2023
NB	2 100 000,00	110 476,84	1 944 399,22				2034
NB	conta ordem	23 402,77				171 273,56	
		8 381 802,60	663 777,41	4 910 640,69	6 131 802,60	561 754,04	3 455 840,19

13.2 Fornecedores

O valor de 388.943,10€ em **fornecedores** representa contas a pagar reconhecidas ao custo, este valor teve um aumento de 15% em comparação com o valor a 31/12/2018.

14 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em dezembro de 2019 e em dezembro de 2018 a rubrica, “Outras dívidas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pessoal	0,00	135,28
Fornecedores de investimentos/Adiantamentos	41 174,47	0,00
Credores por acréscimos de gastos	168 329,16	214 281,59
Credores diversos	<u>462 352,68</u>	<u>160 071,17</u>
	<u><u>671 856,31</u></u>	<u><u>374 488,04</u></u>

15 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em dezembro de 2019 e em dezembro de 2018 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2018</u>	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta	9.111,00			
Estimativa de imposto		2.657,27		1.548,29
Retenção na fonte				
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		7.270,70		5.332,50
Imposto sobre o valor acrescentado	42.287,64		33.412,40	
Contribuições para a Segurança Social	328,09	31.866,18		25.604,63
Outros impostos				
	<u>51.726,73</u>	<u>41.794,15</u>	<u>33.412,40</u>	<u>32.485,42</u>

16 RÉDITO

O crédito reconhecido pela Empresa em dezembro de 2019 e em dezembro de 2018 é detalhado conforme se segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Prestação de serviços	3 435 066,96	3 425 367,29
Disponibilização de água	506 327,28	496 628,96
Consumo de água	1 403 341,31	1 447 156,61
Saneamento	297 123,60	296 384,44
Recolha de resíduos sólidos	912 690,73	870 707,42
Outros serviços	250 774,49	247 900,80
Resíduos para tratamento	99 250,10	112 395,68
Descontos e abatimentos	-34 440,55	-45 806,62
Subsídios à exploração	70 997,04	83 552,64
Protocolo Fundo Ambiental	56 861,43	70 399,54
Outros	14 135,61	13 153,10
Ganhos por aumento de justo valor	131,99	182,03
Outros rendimentos	100 519,87	94 941,40
Correcções relativas a períodos anteriores	7 367,05	4,27
Imputação de subsídios para investimento	91 700,28	91 700,25
Outros	1 452,54	3 236,88
	3 606 715,86	3 604 043,36

17 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em dezembro de 2019 e em dezembro de 2018 é detalhada conforme se segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Subcontratos	213 724,03	200 785,34
Trabalhos especializados	183 637,41	155 327,69
Publicidade e propaganda	3 130,77	2 822,83
Honorários	7 367,75	7 457,12
Comissões	3 033,99	3 164,46
Conservação e reparação	133 953,76	154 801,95
Serviços bancários	27 241,29	24 360,04
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	117 577,14	172 843,89
Material de escritório	6 420,57	24 044,50
Electricidade	223 126,55	228 646,50
Combustíveis	126 221,54	128 659,92
Oleos e lubrificantes	7 599,68	3 822,76
Produtos limpeza de veículos	5 997,14	4 470,88
Produtos tratamento de águas	4 366,56	2 905,10
Deslocações e estadas	6 291,26	7 205,59
Transportes de mercadorias	1 512,86	2 664,98
Rendas e alugueres	2 980,02	6 981,23
Comunicação	80 330,09	79 279,00
Seguros	9 913,28	9 048,97
Limpeza, higiene e conforto	1 892,01	1 568,30
Outros	7 653,86	6 390,89
	<u>1 173 971,56</u>	<u>1 227 251,94</u>

18 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em dezembro de 2019 e em dezembro de 2018 é detalhada conforme se segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Remunerações dos órgãos sociais	38 481,42	40 149,51
Remunerações do pessoal	1 221 182,49	1 139 859,51
Encargos sobre remunerações	263 841,96	244 417,89
Seguros acidente trabalho e doenças profissionais	13 370,76	12 597,66
Outros	38 719,00	20 881,22
	<u>1 575 595,63</u>	<u>1 457 905,79</u>

A 31 de dezembro de 2019 o número de funcionários é de 93, enquanto que a 31 de dezembro de 2018 era de 88.

19 DEPRECIÇÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de depreciação” nos exercícios findos em dezembro de 2019 e em dezembro de 2018 é conforme se segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Depreciações de edifícios e outras construções	503 790,76	503 935,07
Depreciações de equipamento básico	118 966,52	114 035,69
Depreciações de equipamento de transporte	9 656,55	11 719,31
Depreciações de equipamento administrativo	5 393,09	6 427,15
Depreciações de outras imobilizações corpóreas	4 347,06	4 522,68
Depreciações de ativos intangíveis	18,75	0,00
Activos fixos tangíveis (Nota 5)	<u>642 172,73</u>	<u>640 639,90</u>

20 OUTROS GASTOS

Os **outros gastos** reconhecidos no decurso dos exercícios findos em dezembro de 2019 e em dezembro de 2018 são detalhados conforme se segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Impostos	26 023,24	32 883,95
Outros	172,62	1 078,32
	<u>26 195,86</u>	<u>33 962,27</u>

21 JUROS E OUTROS GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em dezembro de 2019 e em dezembro de 2018 são detalhados conforme se segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Juros suportados		
Financiamentos bancários	170 871,59	162 540,04
Outros financiamentos	2,00	14,85
Gastos de financiamento	<u>170 873,59</u>	<u>162 554,89</u>
	<u>170 873,59</u>	<u>162 554,89</u>

22 PARTES RELACIONADAS

A Empresa é detida em 100% pela entidade Câmara Municipal da Praia da Vitória, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nesta entidade.

Saldos e fluxos financeiros entre as partes

	2019				2018			
	Saldo em 31/12/2018	Obrigações constituídas	Pagamentos no exercício	Saldo em 30/09/2019	Saldo em 31/12/2017	Obrigações constituídas	Pagamentos no exercício	Saldo em 31/12/2018
Relações comerciais CMPV/Praia Ambiente	86 773,09	58 249,05	132 098,99	12 923,15	38 416,45	264 211,87	215 855,23	86 773,09
	<u>86 773,09</u>	<u>58 249,05</u>	<u>132 098,99</u>	<u>12 923,15</u>	<u>38 416,45</u>	<u>264 211,87</u>	<u>215 855,23</u>	<u>86 773,09</u>

23 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Em cumprimento do disposto no artigo 210.º do Código Contributivo, declara-se que a empresa não tem dívidas vencidas à Segurança Social.

Durante o exercício de 2019, não foram adquiridas ou alienadas ações próprias e, em 31 de dezembro de 2019, a empresa não detinha quaisquer ações próprias.

24 OUTRAS INFORMAÇÕES

Proposta para aplicar o resultado líquido do exercício de 2019:

<u>Aplicação de resultados</u>	
Reserva legal	448,84
Resultados transitados	<u>8 527,88</u>
	<u><u>8 976,72</u></u>

A empresa não tem quaisquer dívidas em situação de mora ao Estado e outros entes públicos.

25 DIVULGAÇÕES ADICIONAIS

Os honorários totais faturados durante o período pelo SROC relativamente à revisão legal das DF foi de 6.981,70€, e não houve honorários faturados pelo SROC de contas relativamente a outros serviços.

26 MATÉRIAS AMBIENTAIS

RB
M

Os ativos de carácter ambiental foram todos adquiridos em exercícios anteriores, estando valorizados ao seu custo histórico. Não existem passivos desta natureza, efetivos ou potenciais, nem quaisquer riscos que justifiquem a constituição de provisões específicas.

27 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Evolução da situação do vírus Covid-19

Apesar de ainda não se terem verificado impactos materiais na sua atividade, a Direção está a acompanhar a evolução da situação do vírus Covid-19, tanto a nível nacional como global, com vista a tomar atempadamente as medidas que se afigurem necessárias para minimizar o impacto do vírus Covid-19 na Empresa, visando:

- i. Salvar a vida e a saúde dos trabalhadores através de aconselhamento preventivo eficaz sobre cuidados de saúde e disponibilização de informação e meios de proteção adequados;
- ii. Preparar a resposta operacional e manter os serviços essenciais em funcionamento; e
- iii. Minimizar os efeitos de uma eventual interrupção das atividades laborais e preparar o rápido restabelecimento do normal funcionamento da empresa.

Dada a escassa informação existente até ao momento, sobre a severidade, quer da potencial epidemia, quer das medidas preventivas que os Governos possam vir a tomar, é extremamente difícil quantificar, com um razoável grau de confiança, quaisquer impactos financeiros.

A Direção irá continuar a monitorizar a ameaça e as suas implicações no negócio e facultar toda a informação necessária para os seus Cooperadores.

De acordo com as normas contabilísticas, este evento foi considerado um evento subsequente não ajustável.

O Contabilista Certificado,

Cesário Meneses

O Conselho de Administração



Tiago Lúcio Borges de Meneses Ormonde

Presidente



Rui Duarte Gonçalves Luis

Administrador Executivo



Raquel Lemos Borges

Administradora não Executiva

RB

IV RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Praia Ambiente, E.M.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 10.868.797,13 euros e um total de capital próprio de 4.191.785,47 euros, incluindo um resultado líquido de 8.976,72 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Praia Ambiente, E.M. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

www.hlb.svtm.pt

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal

TLF: +351 22 903 93 71/2 TLM: +351 93 903 93 71 EMAIL: geral@hlab.svtm.pt

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €10.000,00 - NIPC 504 096 664

Santos Vaz, Trigo de Morais & Associados, SROC, Lda, pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas,

www.hlb.svtm.pt

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal

TLF: +351 22 903 93 71/2 TLM: +351 93 903 93 71 EMAIL: geral@hlab.svtm.pt

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €10.000,00 - NIPC 504 096 664

Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda, pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 4 de março de 2020



SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por João Manuel Trigo de Moraes, ROC N.º 881

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas da
Praia Ambiente, E.M.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da **Praia Ambiente, E.M.** relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os quais são da responsabilidade da Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da **Praia Ambiente, E.M.**, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de dezembro de 2019, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2019 preparado pela Administração da Empresa e da proposta nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que não inclui reservas ou ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia-geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar à Administração e aos serviços da empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 4 de março de 2020

Santos Vaz, Trigo de Morais & Associados, SROC, Lda.
Representada por João Manuel Trigo de Morais (ROC 881)

www.hlb.svtm.pt

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal
TLF: +351 22 903 93 71/2 TLM: +351 93 903 93 71 EMAIL: geral@hlab.svtm.pt

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €10.000,00 - NIPC 504 096 664
Santos Vaz, Trigo de Morais & Associados, SROC, Lda. pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.